

## REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL

Documentos aprovados:

- A crise política e as alternativas que se apresentam
- A actuação do governo exonerado na zona da Reforma Agrária
- O 4.º centenário de Camões
- Conferência do PCP sobre o Poder Local

Pág. 3



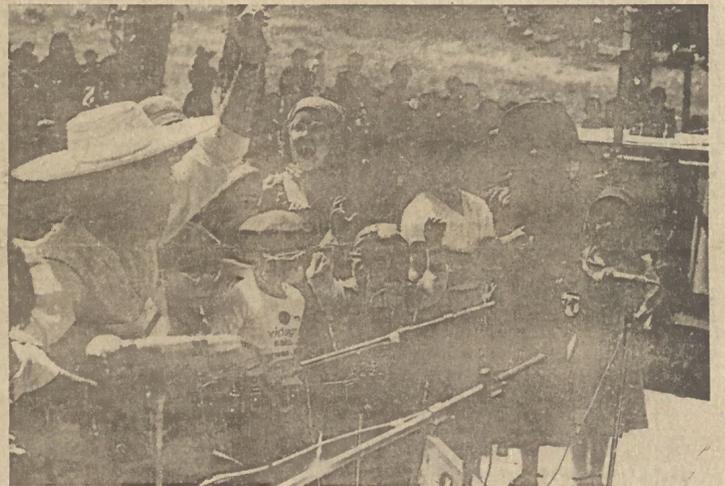
Reunião do Comité Central em 13 de Junho



Um aspecto da assistência ao comício em que participou o camarada Álvaro Cunhal

## A ALEGRIA DA LIBERDADE

A Festa da Alegria em Braga foi mais uma demonstração da perda de posições da reacção no Norte do País e uma fraterna e grandiosa jornada de unidade e confiança na democracia e no futuro de Portugal de Abril



págs. centrais

As crianças do Portugal de Abril nos palcos da Festa de Braga

# NÃO

A VERGONHOSA LEI GONELHA!

Pag. 12

## Festa do «Avante!»

- No próximo fim-de-semana continua o trabalho no Alto da Ajuda!
- O 1.º sorteio da EP é no dia 1 de Julho na Festa da Unidade, na Amadora.

Pag. 3

grande festa  
das crianças

24 junho parque eduardo VII



Pioneiros de Portugal  
Região de Lisboa

## ASSINADO O ACORDO SALT II



A assinatura dos acordos SALT II pelo presidente da URSS e dos EUA constitui mais uma importante vitória das forças da paz

Pag. 11



Os pescadores  
reforçam  
a organização

Pág. 5

## Editorial

## UM PROJECTO DIVISIONISTA CONDENADO À DERROTA

A discussão na Assembleia da República do projecto Gonalha, nitidamente apontado para a divisão do movimento operário português e para a liquidação da independência do movimento sindical — projecto também suscitado por Marcelo Curto, Sérgio Simões, Carlos Lage, Florival Nobre, Alfredo Carvalho, Manuel Mendes e Alfredo Pinto da Silva, em nome do PS, é um abcesso que põe em sério risco a necessária alternativa democrática para a saída da crise actual.

E não só.

A luta política tem sido, nas difíceis condições da Revolução de Abril, de uma extrema complexidade, aliada a uma grande diversidade e plasticidade de frentes e de formas — o que coloca às forças democráticas portuguesas difíceis problemas de estratégia e tática, de prioridades, de opções fundamentais, de liminar discernimento político, em suma.

Em certas curvas da conjuntura um passo em falso pode comprometer todo um projecto político, pode inviabilizar ambições políticas mais ou menos legítimas ou ilegítimas.

São conhecidas as ambições políticas do PS — de contestável legitimidade, embora, mas assim mesmo um dado real do movimento democrático português que não pode ser ignorado.

É preciso dizer ao PS que o seu empenhamento no projecto Gonalha pode representar o afundamento de algumas das suas ambições mais caras. Se Barreto desencadeou na zona da Reforma Agrária vendáveis que afectaram rudemente a influência do PS em vastas áreas do Alentejo e do Ribatejo, não em áreas geográficas, evidentemente, mas em áreas sociais, Gonalha e o seu projecto divisionista podem comprometer definitivamente toda a veleidade de o PS aparecer como partido de trabalhadores; pode, pelas afinidades reacçãoárias do projecto de lei sindical de Gonalha, introduzir no senso dos democratas portugueses a dúvida quanto ao próprio democratismo do seu projecto político.

Em tempo de eleições — sejam as possíveis intercalares, sejam as das autarquias locais em Dezembro deste ano, sejam as legislativas de 1980 — tais factos não são assim tão subjectivos, podem adquirir expressão material e afectar seriamente a base parlamentar de um partido que foi o mais votado nas eleições anteriores.

Podem os socialistas dizer para si ou proclamar aos quatro ventos que o que fica dito são meras especulações dos comunistas. Podem dizê-lo mas isso não colhe: a realidade objectiva aí está inofensível e só se enganará quem quiser ser enganado, com a certeza de que os erros em política se pagam geralmente caros.

E pode-se também perguntar se o PCP tem qualquer interesse no afundamento do PS como partido democrático. Um mínimo de senso político responderá à pergunta:

Não, o PCP não tem nenhum interesse em que o PS se afunde, mas ao contrário, que seja um elemento essencial da defesa do regime democrático, das instituições e da ordem constitucional, do projecto patriótico e revolucionário do 25 de Abril.

Seria de todo o interesse aprofundar as determinantes ocultas da apresentação do projecto de lei sindical de Gonalha na Assembleia da República.

Gonalha é uma personalidade mais que equívoca para não dizer outra coisa mais precisa. À frente do Ministério do Trabalho desempenhou para a zona laboral da indústria e dos serviços o papel que Barreto e Portas desempenharam na zona da Reforma Agrária, isto é, criar as condições prévias necessárias para o rápido regresso da exploração capitalista, latifundista e imperialista ao Portugal de Abril.

A sua intervenção de abertura do debate na Assembleia da República do negregado projecto de lei do PS é uma peça altamente definidora da sua dupla posição política e das correspondentes razões ideológicas.

Porquê utilizou a lisonja bajuladora a membros destacados do seu partido senão para fazê-los partilhar da responsabilidade da divisão do movimento operário português consubstanciada no seu projecto de lei sindical?

Aquelas referências «a esse grande e digno lutador pela liberdade que é o meu camarada Edmundo Pedro» e mais à frente a «essa figura ímpar de democrata e de campeão que é o meu ilustre e querido camarada Salgado Zenha» cheiram a elogio barato e interesseiro sem outro objectivo que não seja diluir a sua responsabilidade pessoal num colectivo mais amplo de inegável autoridade no seio do PS.

Gonalha comete a indignidade e o insulto de denegrir essa importante frente de luta da classe operária portuguesa contra o fascismo que foi acção conduzida em condições que exigiram muita firmeza, muita inteligência e muito devotamento de classe no seio dos sindicatos nacionais fascistas de inúmeros dirigentes e militantes operários que não raramente pagaram com a longa prisão e as torturas policiais o seu trabalho esforçado em defesa dos interesses da sua classe.

Ouve-se falar Gonalha na tribuna da Assembleia da República do Portugal libertado pelo 25

de Abril e parece ouvir-se um secretário de Estado das Corporações qualquer, a deltar pela boca fora o palavreado anticomunista.

Estarão de acordo com o que ele diz os dirigentes socialistas a quem Gonalha, generoso, estende uma quota parte de responsabilidade no seu negregado projecto de lei?

Seria grave se assim fosse.

Seria de interesse aprofundar as razões do apoio caloroso dos partidos da direita, directos representantes do alto patronato, ao projecto Gonalha. Os que, com o PS, partilham a direcção do cacharoleto divisionista da UGT, os adeptos de Sá Carneiro e Freitas do Amaral, erigidos em refinados «sindicalistas», subiram um a um à tribuna para uma palavra de louvor ao projecto Gonalha.

É lícito perguntar até que ponto este celerado projecto de lei está em relação com a campanha da extrema-direita para liquidar a «maioria de esquerda» na Assembleia da República, até que ponto este projecto de lei Inconstitucional está em concordância com os projectos de revisão Inconstitucional da Constituição dos mentores de direita da UGT, até que ponto a lei Gonalha está a ser utilizada como componente da ofensiva de desestabilização política, social e económica da extrema-direita para tentar solucionar a seu favor a crise governativa, aberta pela exoneração do governo Mota Pinto/PPD/CDS.

Sabe-se que a constituição da chamada «frente eleitoral democrática» entre o PPD/PSD, o CDS e o PPM obedece, nos objectivos confessados de Sá Carneiro, Freitas do Amaral e Amaro da Costa, à ilusão de uma impossível vitória eleitoral dos partidos da direita como forma de liquidar a chamada «maioria de esquerda».

A existência de uma maioria aritmética PS/PCP na Assembleia da República é um osso atravessado na garganta da reacção. Conhecido o acréscimo de influência do PCP, a destruição da chamada «maioria de esquerda» pelas forças da direita e da extrema-direita somente poderia atingir-se pela desfiguração do PS como partido democrático, pela sua castração como partido de trabalhadores.

O projecto de lei Gonalha serve às mil maravilhas as congeminações sinistras da reacção para reduzir o PS a um partido diminuído e politicamente invertido.

O projecto Gonalha será provavelmente aprovado na generalidade pela estranha frente do PS com o PPD e o CDS contra a unidade e a independência do movimento sindical. Um passo perigoso foi dado pelos socialistas.

As consequências políticas da aprovação do projecto divisionista de Gonalha, constituem um alto serviço prestado às forças da direita no momento crucial em que é necessária uma alternativa democrática para a crise governativa.

A saída democrática para a crise governativa actual exige a urgente conciliação de pontos de vista e o entendimento entre todos os democratas e patriotas, em primeiro lugar entre socialistas e comunistas.

Uma urgente remoção do governo demitido Mota Pinto/PPD/CDS e a sua substituição por um governo de base maioritária na Assembleia da República e merecedor do apoio do Povo português — como Álvaro Cunhal sublinhou em Braga — é uma alternativa viável que asseguraria um mínimo de estabilidade governativa até às eleições legislativas de 1980.

A posição do PCP é conhecida: um governo de apaziguamento dos conflitos gerados na sociedade portuguesa pelo governo demitido Mota Pinto/PPD/CDS seria no momento presente a alternativa desejável.

Mas se um tal governo não for possível deve formar-se, em conjugação com a Iniciativa do Presidente da República, um governo de gestão após o que teria lugar a dissolução da Assembleia da República e a realização no prazo máximo de três meses de eleições intercalares.

Um governo de base partidária ou um governo de gestão implicaria um programa aceitável que assegurasse a normalidade constitucional e a gestão dos negócios correntes do Estado até às eleições legislativas de 1980 ou até às eleições intercalares.

A necessidade e a urgência de um largo entendimento entre as forças democráticas, em particular o PS e o PCP, implica a adopção pelo PS de uma atitude diferente em relação à lei Gonalha.

É imperioso retirar da serena consideração de uma solução democrática para a crise, questões tão contenciosas como o projecto Gonalha.

É a consciência da necessidade de uma posição firme das forças democráticas face aos factores de divisão desse celerado projecto de lei que motivará uma concluyente resposta popular no próximo dia 27 nas ruas de Lisboa e noutros pontos do país.

A classe operária unida dirá a Gonalha e às forças reacçãoárias que o apolam nos seus intentos antidemocráticos um «Não» rotundo ao divisionismo e às tentativas de liquidação da independência de classe do movimento operário português.

## Delegação do PSO Húngaro em visita de amizade

Desde segunda-feira passada e até depois de amanhã, encontra-se entre nós uma delegação do Partido Socialista Operário Húngaro, do distrito de Békás, que visita o distrito de Santarém a convite da Direcção da Organização Regional de Santarém do Partido Comunista Português (DORSA).

Depois de um encontro com a DORSA, na manhã de terça-feira, a delegação deslocou-se

para a região de Entrancamento-Torres Novas, tendo visitado as instalações da CP-Entrancamento e a Cooperativa de Produção Metalomecânica em Torres Novas, após o que, ao fim da tarde, visitou as grutas de Santo António. A manhã de ontem foi ocupada com visitas à Compal, em Almeirim, e à cidade de Santarém, tendo a delegação sido recebida na Câmara Municipal daquela cidade. À tarde, após uma

recepção na Câmara Municipal de Alpiarça, e delegação visitou a Casa-Museu dos Patudos e a Cooperativa Agro-Pecuária da Goux e Atela, antes de ser recebida no Centro de Trabalho de Alpiarça do PCP. Para hoje estão previstas visitas à Metalúrgica Duarte Ferreira e um encontro com a respectiva Comissão de Trabalhadores, à cidade de Tomar e uma recepção no CT da Golegã.

Amanhã a delegação será recebida na Câmara Municipal de Coruche, antes de visitar as instalações da Cooperativa Transformadora dos Produtos Agrícolas do Vale do Sorraia, a creche do lugar de Azervadinha, e as UCPs «Monte da Unidade» e «Vasco Gonçalves». Após uma recepção no Centro de Trabalho de Santa Justa, a delegação do PSOH desloca-se ao Couço, onde se realizará um comício-festa.

## Delegação de estudo sobre o Poder Local visitou a União Soviética

A convite do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética visitou a URSS de 12 a 19 de Junho uma delegação de estudo do PCP sobre organização do Poder Local. Esta delegação era constituída pelas camaradas José Bernardino, membro do CC do PCP e da DORB, Daniel Branco, da Comissão Conciliadora de Vila Franca de Xira do PCP e Vereador na Câmara Municipal

de Vila Franca de Xira, José Luís Pereira, da Comissão de Autarquias da DORS e Presidente da Câmara Municipal da Moita, José Luís Almeida, da organização distrital das Autarquias da DORA do PCP e Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, Oscar Pires, da Comissão Distrital de Braga do PCP e Vereador da Câmara Municipal de Guimarães e Carlos Gomes, da Comissão

Conciliadora de Coruche do PCP e Presidente da Câmara Municipal de Coruche.

Durante a sua estadia na URSS a delegação do PCP permaneceu na região de PSKOV onde efectuou várias reuniões de trabalho e informação com organizações do PCUS e Sovietes a diferentes níveis, tendo sido recebida pelo primeiro Secretário do PCUS da região e efectuado

várias visitas a empresas e outras que possibilitaram um conhecimento directo das formas de organização, métodos de trabalho e realizações do Estado e das organizações sociais soviéticas a nível local e regional.

A delegação do PCP foi ainda recebida por V. Zagladine, membro suplente do CC e responsável adjunto da Secção Internacional do PCUS.

## Norte: ideias a reter para a Campanha dos 20 mil contos

A Direcção da Organização Regional do Norte do nosso partido decidiu lançar uma Campanha de 20 mil contos para uma sede no Norte à altura do Partido, para garantir a existência de um centro de trabalho amplo, definitivo e em boas condições, face às ameaças surgidas quanto à sua principal sede, a de Anibal Cunha. Não obstante estarem a decorrer negociações com o MEIC, visando a defesa dos interesses e direitos do PCP, a DORN em boa hora se lançou numa tarefa que há-de ser cumprida por toda a Organização Regional do Norte.

Anunciada da tribuna do IX Congresso e apesar de já estar a dar os seus primeiros passos, o certo é que é natural que muitos militantes, simpatizantes e amigos do Partido coloquem a questão — «como vai ser a campanha?». Na sua intervenção, no comício do passado dia 9 do corrente, o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC, já assegurou que ela «não será seguramente um pedinteiro insistente, irritante (...) vai exigir muitas iniciativas, muitas actividades, muito esforço».

Portanto, em primeiro lugar, a campanha, para ter sucesso, terá de ganhar todo o Partido para a sua concretização. Requererá naturalmente um alto espírito de sacrifício, muito esforço, dedicação, iniciativa e perseverança, resultantes da compreensão — da parte de todos os camaradas e amigos — da justa política desta tarefa. Já há índices que o atestam mas, para vencer, é urgente que rapidamente sejam ganhos todos os militantes e todas as organizações.

## Organizar a campanha

Para realizar uma tarefa desta envergadura, é necessário organizar, como sempre. Aproximam-se as férias, daí que seja preciso trabalhar nesta perspectiva rapidamente. É desnecessário frizar a importância de serem convocadas reuniões dos organismos e reuniões amplas de militantes, onde o ponto principal da ordem de trabalhos seja precisamente a campanha, para serem tomadas decisões, avançadas medidas práticas, definidas metas e abordagens, inventariadas ofertas e definidos compromissos.

A direcção da campanha deverá ser garantida pelos organismos que dirigem os diferentes sectores (secretariados, comités de classe, comissões de

freguesia, concelhias e distritais e pela DORN, no que concerne a toda a organização do Norte). A experiência de outras importantes iniciativas do Partido mostra a vantagem de em cada organismo haver um camarada responsabilizado para acompanhar mais de perto a campanha no respectivo sector. No caso dos grandes sectores deve ser encarada a formação de grupos de trabalho (ou comissões) para assegurarem, no plano executivo, a promoção de iniciativas, abordagens e outras tarefas.

Como se sabe já, a DORN fixou uma meta — 20 mil contos — que resultará do somatório dos contributos das centenas de organismos existentes. É pois natural e urgente que, em cada um deles, seja também apontado um objectivo. Também neste capítulo, para a definição das metas sectoriais, não devem funcionar esquemas mecanicistas: há tantos militantes na ORN, a campanha é de 20 mil contos, o que dá tanto por militante, logo nós, como somos tantos, daremos esta quantia.

Não. Não poderá ser assim. Tem de se atender a inúmeros parâmetros (possibilidades económicas da maioria dos militantes, hipóteses de boas abordagens, casos particulares de tal ou tal camarada, ofertas úteis, capacidade de empenhamento da respectiva organização, etc.). Só após terem sido ponderados todos estes factores e com sentido das responsabilidades é que devem ser definidos os quantitativos a alcançar por cada sector.

## A campanha já tem conta no BPA

Para facilitar a remessa de fundos, a DORN já abriu uma conta no Banco Português do Atlântico — «DORN — Campanha dos 20 mil contos — BPA — Julho Dinis

— 38 12 448-011 —

É necessário que quem use este sistema de envio de dinheiro mande os talões de depósito (ou cópias) para registo da entrega à comissão de controlo contabilístico e tesouraria da Campanha dos 20 mil contos, CT de Anibal Cunha, Rua Anibal Cunha, 94, Porto.

Ainda não foi fixado um prazo para o termo da campanha. No entanto, para aqueles camaradas e amigos que queiram assumir um compromisso mensal fixo, admite-se que esses contributos se possam prolongar até 30 de Junho de 1980. Agora, como é época, bom será que todos os que recebam subsídio de férias se lembrem do Partido... Entretanto, estão já ao dispor dos organismos vários materiais que asseguram o controlo rigoroso das ofertas em dinheiro.

Quem esteve na Festa da Alegria já viu os cupões: há cadernetas de cem escudos (com 25 cupões), de mil escudos (com dez), de cinco mil escudos (com dez). Além disso há livros de recibos e cartões de compromisso, para as contribuições mensais, durante doze meses, nos valores de cem escudos, de 250 escudos, de 500 escudos, de mil escudos e de cinco mil escudos.

O sucesso desta iniciativa resultará, directamente, do empenhamento e capacidade de iniciativa de todos os organismos, de todos os militantes, que não devem ficar numa posição atenuista aguardando as iniciativas centrais. Devem tomar nas suas próprias mãos e desenvolver com audácia as suas próprias iniciativas, tendo

UMA SEDE NO NORTE À ALTURA DO PARTIDO



PCP

CAMPANHA 20 MIL CONTOS

Organização Regional do Norte

sempre em conta os seus previsíveis resultados financeiros. Interessa também começar a encargar de uma forma planificada a recolha de ofertas úteis (géneros alimentícios, materiais de construção, roupas novas, tecidos, etc.) de modo a, posteriormente, serem vendidas ou leiloadas.

Estas são para já algumas ideias a reter. Há outras que podem e devem ser analisadas em cada sector nas reuniões que se irão realizando. Para já, desejamos bom trabalho e um grande êxito aos camaradas da ORN. E terão uma sede à altura do prestígio do Partido no Norte.

## A contribuição de um tarrafalista

Ainda a Campanha vai no seu início e já há alguns casos exemplares e de apoio a esta importante iniciativa. Há dias, os camaradas da DORN receberam uma carta de um tarrafalista, que passou 16 anos no «campo da morte lenta» e milita no PCP desde 1935. Saudando a Campanha e manifestando a sua adesão, aquele destacado resistente antifascista anunciou aos camaradas da DORN, como primeira contribuição, a oferta de um frigorífico, de um televisor e de 2500 escudos em dinheiro.

Avante!

Profetários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1099 Lisboa-CODEX. Tel. 763345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL. Av. Santos Dumont, 57-3.º D.º — 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1099 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º — 1000 Lisboa. Tel. 779826/779825.

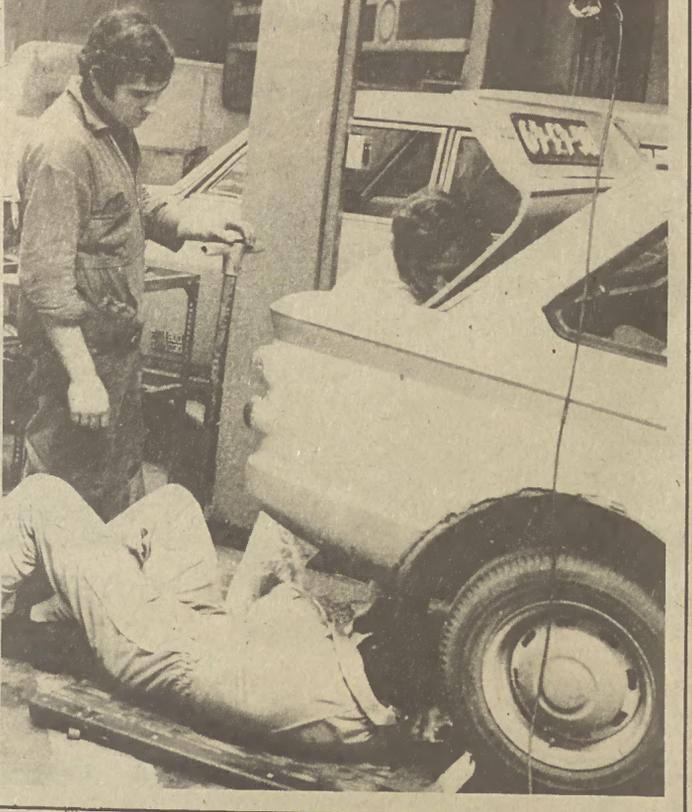
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/V — 1000 Lisboa. Tel. 769705. Abrangem os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sáculo, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedreira — 3000 Coimbra. Tel. 31286.



Tiragem média do mês de Maio: 78 240

# Realizou-se a primeira reunião plenária do novo Comité Central eleito no IX Congresso

No dia 13 de Junho efectuou-se uma reunião plenária do CC do PCP.

O CC examinou a situação política e aprovou uma nota sobre a crise governamental e as alternativas que se apresentam, e outra sobre a actuação do Governo exonerado na zona da Reforma Agrária.

O CC tomou decisões sobre a organização do trabalho de direcção e deliberou a convocação para Outubro de uma Conferência do PCP sobre o Poder Local.



## ● A crise política e as alternativas que se apresentam

1. O Comité Central do PCP examinou as circunstâncias em que se verificou a exoneração de Mota Pinto e a consequente demissão do Governo, bem como as soluções que se apresentam para a saída da crise política.

2. Seis meses da mais nefasta acção governativa que o povo português conheceu desde o 25 de Abril dão plena confirmação às previsões e advertências do PCP. O Governo Mota Pinto foi incapaz de dar solução a qualquer dos grandes problemas nacionais, agravou a situação económica e financeira do País e a dependência do imperialismo, degradou as condições de vida do povo, violou liberdades democráticas e direitos dos trabalhadores, aumentou a instabilidade política e agudizou os conflitos e tensões sociais.

3. O desgaste, o isolamento, a desautorização e finalmente a queda do Governo Mota Pinto são uma expressiva demonstração de que, no Portugal de Abril, não há estabilidade governativa contra os trabalhadores, as conquistas democráticas da Revolução e a Constituição da República.

A queda de Mota Pinto representa mais uma severa derrota da política de ataque e tentativa de destruição das novas realidades da sociedade portuguesa criadas depois do 25 de Abril. Mas é obra, acima de tudo, da luta dos trabalhadores e das massas populares que, em especial a partir do 1.º de Maio, assumiu as proporções de uma verdadeira exigência popular e nacional de demissão e substituição do Governo.

4. O fracasso do Governo Mota Pinto é o fracasso da política de governo do PPD, do CDS e dos outros partidos reaccionários que o inspiraram, apoiaram e aplaudiram e com os quais se identificou até final.

As manobras de última hora, primeiro, para frustrar a aprovação das moções de censura do PCP e do PS e conseguir do Presidente da República a dissolução da Assembleia, permanecendo o Governo em plenitude de funções e, depois, logo a seguir à exoneração, pressionando de novo para que a Assembleia da República fosse dissolvida e tentando permanecer como governo de gestão, ilustram os planos anticonstitucionais, ditatoriais e golpistas da actuação de Mota Pinto (em plena identidade com Sá Carneiro e Freitas do Amaral) e confirmam amplamente o papel do seu governo como instrumento da ofensiva global da reacção contra o regime democrático consagrado na Constituição.

5. Apesar de exonerado, o Governo Mota Pinto tenta escandalosamente consagrar a sua política reaccionária com novas medidas de assalto ao aparelho de Estado e de controlo pela direita da comunicação social estatizada.

O prosseguimento, nestes dias, da acção destruidora da Reforma Agrária e a continuação de actos de violência contra os trabalhadores e agricultores das UCPs/Cooperativas por parte das forças da GNR a mando do Governo exonerado, indicam que este persiste no propósito de promover provocações de grande estilo, continuando a constituir um perigo grave para a democracia portuguesa.

6. O CC do PCP salienta que a questão central da vida política portuguesa no momento presente consiste na necessidade de se encontrar uma rápida saída para a crise governamental.

O PCP considera que qualquer solução para a crise só pode ser encontrada no quadro das instituições democráticas e com observância rigorosa dos princípios constitucionais e alerta, uma vez mais, para a estratégia da reacção que, utilizando ainda o Governo exonerado de Mota Pinto, visa manter, prolongar e agravar uma situação de desestabilização propícia à concretização dos seus planos contra o regime democrático e a ordem constitucional.

Há alternativas democráticas para a crise. A primeira alternativa que se apresenta é a formação de um governo com as características fundamentais de um governo democrático que se mantenha até às eleições de 1980.

A experiência demonstra que um tal governo para contribuir para a estabilização da situação e a solução dos mais graves problemas nacionais terá que basear a sua actuação no respeito pela Constituição e a ordem democrática, na defesa das conquistas da Revolução — as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo de gestão — no diálogo e no apaziguamento, abstando-se de interferir nas zonas mais conflituosas da nossa sociedade, rectificando os erros essenciais dos governos anteriores, assegurando uma gestão eficiente dos negócios correntes do Estado.

O CC do PCP entende que há condições políticas e sociais, designadamente a existência duma maioria de deputados socialistas e comunistas na Assembleia da República, para viabilização de um governo com estas características essenciais, que corresponde às exigências do amplo movimento popular que se levantou contra a actuação do Governo Mota Pinto.

O PCP reafirma a sua disponibilidade para examinar esta proposta com o Presidente da República (a quem cabe a decisão da escolha de um novo primeiro-ministro) e com os partidos, especialmente com o PS, outras forças e sectores políticos interessados numa tal solução.

8. A não ser possível dar concretização à formação de um governo democrático, o PCP encara como saída constitucional legítima a segunda alternativa que se apresenta — isto é, a convocação de eleições intercalares nos moldes e nos termos constitucionalmente estabelecidos.

A concretização desta saída para a crise pressupõe a antecipada solução da questão do governo de gestão que ficará em funções até ao acto eleitoral e intervirá na sua preparação.

Se esta alternativa se impuser, o PCP reafirma estar pronto a examinar com o Presidente da República e com os partidos, forças e sectores políticos interessados todas as questões que se prendam com a formação de um governo de gestão, designadamente a sua composição e programa de actuação.

## ● A actuação do governo exonerado na zona da Reforma Agrária

1. O Governo exonerado de Mota Pinto, com Vaz Portugal e Goulão no MAP dos agrários, procura aproveitar os últimos dias para levar ainda mais longe a sua raivosa ofensiva contra as UCPs e Cooperativas. Num momento em que, pelo facto da exoneração, o Governo tinha obrigação de se limitar ao despacho de assuntos correntes, o MAP está a apressar a entrega ilegal e arbitrária de terras, gados, máquinas e outros bens a agrários sabotadores. No Alentejo e Ribatejo vive-se uma situação de terror e repressão. Dezenas de trabalhadores são espancados, insultados, revistados e presos.

2. Nos últimos dias, várias UCPs ficaram inviabilizadas ou muito afectadas como, por exemplo, a UCP "Revolucionária de São Romão" (Reguengos), que ficou sem 70% das suas terras; a UCP "Nascer do Sol" (Reguengos), que ficou sem a maior parte das terras e sem instalações da oficina mecânica; a Cooperativa Coopaminé (Beja), que ficou só com 300 ha, etc. Há reservas entregues sem despacho ou notificação. Há agrários que receberam reservas, que as doaram a herdeiros e estão a obter novas reservas. Grupos de agrários e funcionários dos serviços do MAP, sob protecção de fortes contingentes da GNR, assaltam UCPs e Cooperativas, praticando roubos e actos de vandalismo.

O MAP, pela repressão, pretende impedir as UCPs e Cooperativas de recolherem os frutos pendentes no valor de muitos milhares de contos.

3. O Governo exonerado exorbita os seus poderes. As ilegalidades, o arbitrio e o despotismo são tão flagrantes que cada dia aumentam mais os casos em que o Supremo Tribunal Administrativo anula despachos ilegais do MAP, como nos casos da Herdade da Galeira (Mourão), Herdade da Várzea (Ponte de Sôr), Herdades da UCP 29 do Julho e Herdades da UCP Unidade do Ervedal (Avis), Quinta de São João (Alpiarça), etc. Reincidindo nas actuações ilegais, o Governo desrespeita ostensivamente as decisões judiciais.

4. Apesar da política de destruição do MAP, os trabalhadores da Reforma Agrária continuam decididos a trabalhar para aumentar a produção e assegurar o pão e os postos de trabalho. Com essa actuação altamente responsável, os trabalhadores da Reforma Agrária confirmam a sua elevada consciência cívica, democrática e patriótica e (em contraste com a sistemática sabotagem económica levada a cabo pelo grande capital, pelos latifundiários e pelas forças reaccionárias) dão uma contribuição de alto valor à agricultura e à economia nacional.

5. Analisando o prosseguimento da criminoso ofensiva contra a Reforma Agrária, o CC condena energeticamente a política despótica, arbitrária, ilegal e inconstitucional do Governo exonerado e do MAP. Expressando o sentir e a vontade dos

trabalhadores e do povo português, evidenciados em grandiosas manifestações de rua, greves e concentrações, abaixo-assinados com centenas de milhares de assinaturas entregues na Assembleia da República, diligências junto dos órgãos de soberania, etc., reclama:

— Que cessem imediatamente as arbitrariedades e violências contra os trabalhadores, suas organizações de produção, as UCPs e Cooperativas, e que se estabeleça um clima de respeito pela legalidade constitucional, pelos direitos dos trabalhadores e pelos interesses nacionais;

— Que cessem as entregas ilegais de terras, gados, máquinas e outros bens e que seja respeitada a viabilidade económica das UCPs e Cooperativas e asseguradas aos trabalhadores da Reforma Agrária condições de segurança para continuarem o seu trabalho produtivo e patriótico em paz e sossego;

— Que sejam restituídos às UCPs e Cooperativas as terras e outros valores usurpados ilegalmente;

— Que se proceda a um urgente inquérito à actuação ilegal do MAP e seus serviços;

— Que sejam revogadas a lei Barreto e a lei da cortiça;

— Que cesse o bloqueio económico e financeiro às UCPs e Cooperativas;

— Que sejam tomadas medidas de apoio à produção;

— Que os frutos pendentes sejam recolhidos e cuidados pelos trabalhadores;

— Que sejam cumpridas as decisões do Supremo Tribunal Administrativo que anularam as decisões do MAP.

Insistindo na urgência da formação de um novo Governo que respeite a Constituição e a legalidade democrática, o CC exprime a sua firme confiança na luta heróica dos trabalhadores da Reforma Agrária que, com a luta e a solidariedade activa de todos os trabalhadores e de todos os democratas e patriotas, terão força capaz para fazer recuar a ofensiva da reacção, impedir que os latifúndios sejam de novo instaurados no Alentejo e Ribatejo e levar por diante a Reforma Agrária (parte integrante do regime democrático português) até à sua completa realização.

13 de Junho de 1979

O Comité Central do Partido Comunista Português

## ● O 4.º centenário de Camões

MOÇÃO

Em 1980, passa o 4.º Centenário da morte de Luís de Camões, poeta do povo e da pátria portuguesa, que em obras de grande beleza e profundidade reflectiu um empreendimento histórico, os Descobrimentos Geográficos, através do qual o nosso povo contribuiu activamente para o progresso da Humanidade.

O IX Congresso do Partido Comunista Português

recomenda à direcção do Partido que encare medidas concretas para que o centenário de Camões seja condignamente celebrado pelos trabalhadores, os artistas e o povo de Portugal — legítimos herdeiros do grande poeta.

13 de Junho de 1979

(Aprovada por unanimidade)

## ● Conferência do PCP sobre o Poder Local

1. As eleições para as Autarquias, nos prazos legalmente previstos, decorrerão em Dezembro de 1979, e os actuais mandatos para os órgãos do poder local terminarão em Janeiro de 1980.

2. Nestas condições torna-se necessário recolher, de forma sistemática, as experiências do trabalho efectuado, definir orientações para o trabalho futuro e dinamizar o trabalho eleitoral no quadro da APU.

3. Tendo em conta que uma grande iniciativa de massas na proximidade das eleições para as Autarquias contribuirá para a mobilização de todo o Partido para o trabalho eleitoral, para

a divulgação das realizações das Autarquias com maioria de influência da APU e para o aprofundamento de orientações, na perspectiva das crescentes responsabilidades que certamente iremos assumir após as eleições,

O Comité Central do PCP delibera a convocação para Outubro de uma Conferência do PCP sobre o Poder Local.

Lisboa, 13 de Junho de 1979.

O Comité Central do Partido Comunista Português

# FESTA DO «AVANTE!»

## Próximo fim-de-semana ... ao trabalho!

A Festa do «Avante!» é uma realidade em marcha. Exigindo este ano esforços e sacrifícios ainda maiores mais vastos do que nos anos anteriores, o entusiasmo e a militância dos comunistas já começaram a fazer da sua Festa, que é a Festa de todos os trabalhadores, a grande realização que abrirá as suas portas dentro de 2 meses.

Os últimos dias feriados, o último fim-de-semana foram jornadas de trabalho e de convívio no Casalinho da Ajuda, que de local de mato e pedras se vai transformando em campo limpo e nivelado para receber condignamente, como recebem os comunistas, todos os companheiros, todos os camaradas, todos os amigos que vão superlotar esse amplo recinto sobranceiro ao Tejo que olha a Outra Banda do alto de Lisboa.

O trabalho vai continuar. O esforço militante, que é obra permanente do nosso Partido, vai continuar a exigir fins-de-semana inteiramente dedicados à obra de erguer e erguer bem a Festa do «Avante!».

Participar, levar ferramentas, trabalhar organizadamente continuam como palavras de ordem na ordem do dia.

Dentro de 2 meses todos olharemos com alegria o trabalho realizado.



## 1.º Sorteio da EP



### LISTA DOS PRÉMIOS

- 1.º — Uma tenda de campismo c/armaçãõ
- 2.º — Uma bicicleta
- 3.º — Uma panela de pressão
- 4.º — Um relógio de cozinha
- 5.º — Um grelhador
- 6.º — Uma mesa de campismo
- 7.º — Uma ventoinha
- 8.º — Uma cafeteira para café
- 9.º — Uma geleira para piquenique
- 10.º — Uma balança de cozinha
- 11.º ao 14.º — Uma assinatura do «Avante!»
- 15.º ao 18.º — Uma assinatura da revista «Mulheres»
- 19.º ao 22.º — Uma assinatura da revista «Vida Soviética»
- 23.º ao 25.º — Uma assinatura de «O Militante»

## FESTA DA UNIDADE 29 e 30 de Junho e 1 de Julho AMADORA

Canto livre, exposições, filmes, colóquios, diversões, comes-e-bebes

6.ª-feira, 29 Grande baile de S. Pedro  
Sábado, 30 Noite do Fado  
Domingo, 1 Manhã infantil

As 18 e 30, grande comício com a participação do camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC  
**NO DOMINGO**  
1.º SORTEIO DA EP DA FESTA DO «AVANTE!»

# Semana

12 Terça-feira 1879 - Sai o primeiro exemplar do semanário humorístico "O António Maria", dirigido e desenhado por Rafael Bordalo Pinheiro.

Cerca de 400 agricultores da Beira Litoral manifestam-se junto a S. Bento como forma de denunciar a situação em que se encontram mais de 25 mil associados da União de Cooperativas de Leite de entre Dourado e Mondego - Lacticoop, a quem os grandes industriais e o Estado devem mais de 120 mil contos. Na Assembleia da República, PS e PCP fazem aprovar um projecto de lei apresentado pelo PCP que prevê uma protecção especial para salvaguarda do "direito ao trabalho dos membros dos corpos gerentes das associações sindicais e de membros das comissões de trabalhadores". O Supremo Tribunal Administrativo suspende mais um despacho do MAP, desta vez relativo à Cooperativa Agrícola "Quinta de S. João", em Alpiarça. O Conselho de Ministros aprova novos vencimentos dos trabalhadores da Função Pública. É a jornalista Maria Antónia Palla a absolvida. Sousa Franco, dissidente do PPD, é recebido pelo Presidente da República. Acompanham-no Magalhães Mota, Marques Mendes, Vilhena de Carvalho e Fernando Pinto.

13 Quarta-feira 1747 - Nasce em Lisboa o historiador António Caetano de Almeida, um dos primeiros sócios supranumerários da Academia Real das Ciências, fundada em 1799 pelo Duque de Lafões.

A primeira reunião plenária do Comité Central do PCP eleito no IX Congresso examina as circunstâncias da queda do Governo Mota Pinto e as alternativas democráticas para a actual crise política. Na mesma reunião é convocada para Outubro uma Conferência sobre o Poder Local. A Assembleia Municipal do Porto rejeita a proposta do executivo camarário de abertura do comércio ao sábado, salvaguardando assim uma antiga conquista dos trabalhadores do sector, a semana inglesa. A Comissão Directiva do PS considera que não se esgotaram as possibilidades de acordo para a formação de um V Governo, bem pelo contrário, essas possibilidades "aparecem hoje reforçadas com a nova fisionomia da Assembleia da República".

14 Quinta-feira 1976 - Durante a vigência do VI Governo Provisório, PS e PPD fazem aprovar uma lei que visa anular os sanseamentos das personalidades fascistas.

Referindo-se à visita do dirigente do PS, João Gomes, à Madeira, o PPD local, num comunicado, "alerta a população madeirense" para o que considera a "interferência dos patrões continentais do PS". Por seu turno, o Partido Socialista considera ridículos aqueles ataques por parte do PPD da Madeira, onde João Jardim é o senhor todo poderoso. E revelou que uma palestra que o antigo ministro fascista Adriano Moreira deveria ter proferido no passado dia 8, na Universidade Simon Bolívar, em Caracas, não se realizou pelo facto da direcção do Instituto de Ciências Políticas ter rejeitado a sua presença.

15 Sexta-feira 1925 - Morre o escritor Vitor Pinheiro de Melo, cuja obra mais conhecida é a peça "Coimbra, Terra de Amores".

Na Assembleia da República começa o debate parlamentar do projecto de lei sindical, vulgarmente conhecido por projecto de lei Gonelha. A sessão prolonga-se pela noite. O relatório do Banco de Portugal refere que em 1978 as reservas brutas de ouro diminuíram 81,4 toneladas, chegando a 688,5 toneladas em 31 de Dezembro desse ano. Recorde-se que as reservas no fim de 1975 eram de 862,1 toneladas. Começa em Braga a "Festa da Alegria". Os mineiros da Panasqueira decidem ocupar a entrada das minas por tempo indeterminado no caso da administração continuar a recusar-se a satisfazer as reivindicações apresentadas. O Conselho de Informação para a RDP aprova por unanimidade a constituição de uma comissão de inquérito pluripartidária às actividades da Comissão Administrativa daquela empresa pública, nomeada por Proença de Carvalho.

16 Sábado 1880 - Na Câmara de Lisboa é apresentada uma proposta, que foi aceite, de serem iluminados durante a estação calmosa os diversos jardins da cidade.

Nas instalações do cinema Roma, em Lisboa, começa o VII Congresso Nacional do PPD. E o que se chama um partido com mais congressos do que anos de existência. O dirigente nacional do PS, João Gomes, declara no Funchal que o seu partido "não consentirá" na regionalização dos órgãos do sector público da Comunicação Social. Durante o comício na "Festa da Alegria", em Braga, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, considera como um "falso problema" a atitude política dos católicos e declara: "A sociedade não está dividida em católicos e não católicos, mas em classes exploradoras e classes exploradas". Em Almada, realiza-se o VI Encontro Nacional dos Trabalhadores da Indústria Naval.

17 Domingo 1970 - Morre o escritor e artista plástico Almada Negreiros.

Terminam em Lisboa os trabalhos do Encontro do Partido Trabalhista Brasileiro. Milhares de reformados concentram-se em Évora exigindo a satisfação do caderno reivindicativo. Termina o I Congresso dos Médicos das Indústrias Químicas e Farmacéuticas, que durante dois dias decorreu no pavilhão da Quimigal. No Porto, durante a sessão de encerramento do I Encontro de Bancário Socialista, Marcelo Courto reconhece que o projecto de lei sindical apresentado pelo seu partido "tem que ser profundamente remodelado". Por seu turno, Vitor Constâncio, outro dos oradores, considera que "uma mudança de política nos domínios da Comunicação Social, da Reforma Agrária e no campo económico é essencial para se vencer a crise que atravessamos". No Porto, termina o Encontro Nacional dos Sindicatos da Celulosa, Papel, Imprensa, Gráficos e Cartonagem. A fim de debaterem problemas da classe, realiza-se em Portimão o I Encontro dos Sindicatos dos Pescadores do Sul e Ilhas.

18 Segunda-feira 1532 - D. João III proíbe aos cristãos novos a saída do reino.

O Presidente da República recebe delegações do PCP e do CDS. A Secretária de Estado das Pescas vende a um armador privado um navio pertencente à empresa nacionalizada SNAIPA. Centenas de trabalhadores das fábricas de lanifícios de Cobalobais de Vila Real manifestam-se nas ruas de Castelo Branco contra o despedimento de um dirigente sindical. No Montijo, um incêndio de causas desconhecidas destrói as instalações, naquela povoação, da fábrica de cortiça Mundet.

19 Terça-feira 1554 - Morre o pintor, arquitecto e escritor Francisco de Holanda, autor do Tratado de Pintura Antiga.

Em Belém, o Presidente da República recebe delegações do PS e do PPD. No final, Mário Soares diria: "Pensamos que neste momento estão criadas as condições para se encontrar uma solução para a crise do Governo". Por seu turno, Leonardo Ribeiro de Almeida, do PPD, consideraria o encontro com o general Ramalho Eanes como uma "reunião nada conclusiva". O Presidente do Fundo de Fomento de Moça Pinto, Eurico Correia, é exonerado pelo demitido Governo Mota Pinto. Centenas de agricultores manifestam-se em Coimbra exigindo o pagamento do leite em atraso e ainda garantias para a produção.

# Os Comunistas na Assembleia da República

## Debate do projecto Gonelha encerra período normal da 3.ª Sessão Legislativa

Uma declaração política do PCP proferida pelo presidente do Grupo Parlamentar comunista, Carlos Brito; o início da discussão da legislação sobre organizações sindicais (e onde avulta a já repudiada lei amarela de Gonelha); a aprovação de duas importantes leis (a que cria as comissões concelhias de arrendamento rural e a que legisla sobre a protecção dos representantes dos trabalhadores, ambas resultantes de iniciativas legislativas dos deputados comunistas) - constituíram os pontos centrais das duas últimas sessões plenárias do período normal de trabalhos da 3.ª Sessão Legislativa, concluído regimentalmente no passado dia 15 deste mês.

A declaração política que, em nome do PCP, o deputado comunista Carlos Brito proferiu na tribuna da AR no início dos trabalhos da passada sexta-feira, depois de centrar o encerramento do período normal de trabalho da AR na presente situação política (ver em Intervencões), refere seguidamente e analisa um dos factos que, desde logo, ressaltam à vista: a idêntica situação, do ponto de vista institucional, em que se iniciou em Outubro passado e agora termina a 3.ª Sessão Legislativa da I Legislatura da Assembleia da República. Disse a este respeito o presidente do Grupo Parlamentar do PCP:

No que respeita ao Governo, terminamos a sessão legislativa em situação institucional idêntica àquela em que a iniciámos, isto é, com um governo demitido. Em 15 de Outubro, o Governo demitido de Nobre da Costa, por força da rejeição do seu programa pela Assembleia da República. Em 15 de Junho, o Governo demitido de Mota Pinto por força da exonerção do Primeiro-Ministro pelo Presidente da República, quando o Governo estava definitivamente derrotado na Assembleia da República. Na sua intervenção, Carlos Brito acentuou, no entanto, que a similitude institucional das situações não tem paralelo no plano político, pois aqui a situação é extremamente mais grave, com o aprofundamento da crise decorrente da actuação do Governo Mota Pinto, que prolongou a crise governamental, degradando-a e aprofundando-a. Mais adiante, Carlos Brito, classificando o como desastrosos os últimos seis meses, disse: Não nos regozijamos agora, ao cabo de meio ano de prova, com o acerto tão completo das nossas previsões. Foram seis meses desastrosos para Portugal e para os portugueses. Depois de ter referido que a queda de Mota Pinto é, acima de tudo, obra dos trabalhadores e das massas populares, Carlos Brito aproveitou a oportunidade para, da Assembleia da República saudar calorosamente os trabalhadores e agricultores da zona da Reforma Agrária, os trabalhadores de tantas empresas industriais, designadamente os dos TLP, da Sorefame, das Minas da Panasqueira, os trabalhadores e democratas de todas as camadas sociais que desceram à rua em 10 e 17 de Março e no 1.º de Maio, dado que todos deram uma contribuição determinante para livrar o País da acção governativa mais nefasta que o povo português conheceu depois do 25 de Abril.

Na sua intervenção, o deputado Carlos Brito alertou ainda para as consequências do prolongamento da crise, salientando nomeadamente que o governo exonerado continuará a constituir um grave perigo para o regime democrático consagrado na Constituição enquanto os ministros demitidos continuarem a frequentar os ministérios, uma vez que o governo exonerado dá mostras de querer exorbitar as suas limitadíssimas atribuições que lhe foram cometidas, permitindo-se aprovar propostas de lei, tentando escandalosamente continuar a concretizar o seu Programa com novas medidas de assalto ao aparelho de Estado, de controlo pela direita da comunicação social estatizada, e promovendo provocações de grande estilo na zona da Reforma Agrária. Desta situação descrita por Carlos Brito resulta a necessidade, conforme acentuou, de se encontrar uma rápida saída para a crise governamental - questão que classificou ser a questão central da vida política portuguesa no momento presente. Carlos Brito enunciou ainda as duas alternativas democráticas propostas pelo PCP para a saída da crise, na sequência das decisões da reunião do CC do PCP de 13 de Junho. Entretanto, e conforme referimos no início, a Assembleia da República aprovou, na penúltima sessão plenária deste período normal de trabalho dos diplomas de importante alcance: um, o que cria as Comissões Concelhias de Arrendamento Rural, que vai constituir um importante instrumento de luta para os rendeiros no sentido da limitação dos poderes dos senhorios ricos, conforme acentuou no debate o deputado comunista Vitor Louro (ver em Intervencões); outro, o projecto de lei 175/I, da autoria do PCP, que protege os representantes dos trabalhadores contra os despedimentos.

Bem pode dizer-se que a aprovação destas duas leis no termo dos trabalhos do período normal da 3.ª Sessão Legislativa deveria ficar a marcar o tom da legislação aprovada pela Assembleia da República, no sentido de dar resposta aos anseios e interesses dos trabalhadores e do povo português. Tal, porém, não veio a acontecer. A última sessão, inteiramente dedicada à discussão de legislação sobre organizações sindicais, foi dominada pela discussão do projecto Gonelha de destruição dos sindicatos. O debate, que se prolongou até depois da meia noite de sexta-feira, veio afinal mostrar quem defende e quem tenta violar a liberdade do movimento sindical. Em discussão, quatro projectos de lei: um da autoria do PCP; outro dos deputados independentes, entre eles de Lopes Cardoso; um terceiro, da autoria dos "patrões" do CDS; e, finalmente, o quarto, do PS e tendo como primeiro signatário o homem que prometeu, mas não conseguiu nem conseguir, partir a espinha ao movimento sindical unitário - Maldonado Gonelha. (Ver na página 12, Em Foco). O debate prosseguirá agora no período suplementar da 3.ª Sessão Legislativa, que se deverá iniciar no próximo dia 26.

## A 3ª Sessão Legislativa em alguns números

A Assembleia da República terminou, no passado dia 15, o período normal de trabalho da 3.ª Sessão Legislativa, tendo realizado, de 15 de Outubro até agora, 75 sessões plenárias. No decorrer deste período foram apresentados na Mesa da Assembleia 144 projectos de lei, sendo 54 da autoria do PS, 35 do PCP, 30 do PSD, 11 do CDS, 10 de independentes, 1 da UDP e 3 da autoria dos 4 grupos parlamentares. Destes 144 projectos de lei, 68 são relativos a freguesias, vilas e cidades. O Grupo Parlamentar do PCP apresentou, nesta matéria, 17 projectos de lei, sendo 13 relativos à criação de 19 freguesias, 1 relativo à elevação de vilas a cidades, a 19 freguesias, 1 relativo à elevação de uma freguesia a vila, e 3 relativos à elevação de vilas a cidades. No total destes 68 projectos de lei - a esmagadora maioria dos quais se encontra perante na Comissão de Administração Interna e Poder Local - 47 propõem a criação de freguesias, 9 propõem a elevação de freguesias a vilas, 19 a elevação de vilas a cidades e 1 propõe a elevação de 1 concelho à categoria de concelho urbano de primeira. No decurso da 3.ª Sessão Legislativa, foram apresentados um total de 44 pedidos de sujeição a ratificação, sendo 16 da autoria do PCP (3 relativos a decretos-lei do Governo Nobre da Costa e 13 relativos a decretos-lei do Governo Mota Pinto), 13 da autoria do PS, 9 do CDS e 1 dos deputados ex-PSD. Registe-se que desde o início dos trabalhos da Assembleia da República o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um total de 25 pedidos de sujeição a ratificação, sendo portanto de mais de 50 por cento os relativos à actividade do Governo Mota Pinto. Entretanto, no período de antes da ordem do dia, um total de 64 intervenções e 17 declarações políticas foram proferidas por deputados do PCP. Por temas, essas intervenções agruparam-se da seguinte maneira: trabalho - 18; política geral - 7; educação - 2; saúde e segurança social - 2; direitos e garantias - 5; informação - 5; cultura - 2; problemas locais - 3; economia - 5; emigração - 2; agricultura - 6; habitação - 2; transportes - 1; política externa - 2; vários - 3. De 15 de Outubro a 15 de Junho o Grupo Parlamentar do PCP expediu 2 396 cartas recebeu 1 655; neste último número, contudo, não estão incluídas centenas de telegramas, moções de protesto (contra o Governo Nobre da Costa, contra o Governo Mota Pinto, contra a ofensiva contra a Reforma Agrária, contra o aumento do custo de vida, contra a legislação de trabalho reaccionária) e moções de apoio (a projectos do PCP e a iniciativas do movimento popular). No decorrer do mesmo período e nas instalações de S. Bento o Grupo Parlamentar do PCP concedeu 170 entrevistas a várias entidades, sobretudo sindicatos, comissões de trabalhadores, comissões de moradores e órgãos do poder local. Quanto a requerimentos dirigidos ao Governo e a outros órgãos da administração, o PSD apresentou ao longo da 3.ª Sessão legislativa 276, o PCP 221, o PS 142, os independentes sociais-democratas 51, o CDS 29 e a UDP 25. É a seguinte a divisão por temas dos requerimentos apresentados pelos deputados comunistas: direitos e interesses dos trabalhadores (56), Educação, Cultura e Desporto (33), problemas locais (29), Agricultura e Pescas (22), economia (19), assuntos sociais (16), negócios estrangeiros e emigração (11), serviço do provedor de justiça (9), vários (6), desalojados (4), habitação (3) e comunicação social (1).

## Intervencões

### Defender e prosseguir o caminho de Abril

Terminar o período normal da 3.ª Sessão Legislativa entende o Grupo Parlamentar do PCP proferir ao Plenário da AR e propor ao país três motivos de reflexão que os factos amplamente suscitam e que ajudam a compreender as posições do PCP face à presente crise política. O primeiro refere-se ao aprofundamento da crise governamental que a queda de Mota Pinto põe a descoberto. O segundo, aos evidentes resultados desastrosos da política de recuperação capitalista. O terceiro refere-se ao fracasso rotundo da acção directa no governo. (...) Em matéria de governo esta sessão legislativa fica também marcada pela experiência dos governos de fórmula chamada de "independentes". No termo do seu período normal, bom seria que os partidos aqui representados retraissem os governos de fórmula constitucional, ditatorial e golpista que o governo demitido trazia no bojo, mas revelar uma profunda comunhão de objectivos entre Mota Pinto, Sá Carneiro e Freitas do Amaral. (...) Essa sessão ou o tempo para, como temos tido (e seria desejável), procedermos a um balanço da actividade da AR ao longo do período normal da 3.ª Sessão Legislativa. Esta foi sobretudo assinalada pela intensificação do exercício das suas competências de controlo e fiscalização dos actos do Governo, em detrimento da sua fundamental função legislativa. Pese embora os prejuízos daí resultantes, não poderia ter sido de outra forma, face à actuação arbitrária, prepotente, inconstitucional e ilegal do Governo Mota Pinto. As intrigas da direita, as suas especulações e os seus despedimentos atitudes à Assembleia da República constituem uma prova suplementar do bem fundado da sua actuação em defesa da Constituição e da legalidade democráticas. Ao desempenhar o papel que se impunha na situação que temos vivido, a AR dignificou-se perante a opinião pública e dignificou o próprio regime democrático. O Governo Mota Pinto quis transformar a Assembleia da República numa orgânica de Assembleia Nacional do regime fascista. Organismos de nos encontrar entre a maioria dos deputados que soube contrariar essa tentativa afrontosa e inibir os seus nefastos desígnios. Saudamos no Presidente da AR, Teófilo Carvalho dos Santos, a firmeza com que soube interpretar este espírito democrático e contribuir para o pleno funcionamento deste órgão de soberania. A persistência das dificuldades de funcionamento da Assembleia (que resultam em especial das notórias ineficiências em matéria de instalações) exigiu, mais uma vez, dos seus trabalhadores um grande esforço e espírito de sacrifício que queremos igualmente saudar. (...) Reflectindo as dificuldades gerais, mas dando provas de um louvável empenhamento, a contribuição dada pelos trabalhadores dos órgãos de informação aos quais ficamos a dever o pronto conhecimento e divulgação das principais actividades político-legislativas da AR. Finalmente, queremos saudar todos os democratas, todos os trabalhadores, todo o povo que, lá fora, pelo seu trabalho criador e pela sua permanente vigilância e luta em defesa das liberdades e das demais conquistas de Abril, garantiram o clima de liberdade indispensável para que esta AR desempenhasse a sua insubstituível função no quadro do regime democrático-constitucional. Sem faltar às nossas próprias responsabilidades, é neles todos que residem o facto de que o regime democrático consagrado na Constituição prosseguirá e se consolidará, que será assegurado o futuro democrático, progressista e independente de Portugal. Carlos Brito, em 15/6/79.

### CCAR - uma conquista da luta dos rendeiros

As Comissões Concelhias de Arrendamento Rural podem constituir um meio de considerável interesse para a aplicação da lei do arrendamento rural que está a ser discutida e aprovada. (...) Quando por tantas formas se procura exaltar o papel dos emigrantes portugueses na solução dos problemas da nossa Pátria, quando tantas palavras de louvor se ouvem vindas de todos os quadrantes políticos, pensamos, pela nossa parte, que esta Assembleia da República deve, no uso das suas competências, legislar a favor dos emigrantes o que significa afinal a favor da resolução dos problemas que preocupam todos os portugueses (Alda Nogueira, em 12/6/79).

### Defender os emigrantes

Passou o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades. Nesta sessão, a primeira que tem lugar após as comemorações daquela data, não podemos deixar de sublinhar que a solução dos múltiplos e variados problemas com que se debatem os emigrantes portugueses, passa necessariamente pela sua organização, sob as mais variadas formas, pela sua participação activa e democrática a vários níveis. Consideramos que, neste sentido, o projecto de lei 170/I do PCP sobre Comissões Consulares de Emigrantes (...) representa uma contribuição positiva. (...) Insistimos hoje para que este projecto de lei seja incluído na agenda a elaborar para o período suplementar previsto desta sessão legislativa, numa data a mais próxima possível. Esta nossa insistência não se deve ao facto apenas de se tratar de um projecto do Grupo Parlamentar do PCP, mas também ao facto de que juntamente com ele outros projectos douts referentes a um sector da saúde que se pode considerar dos mais carenciados e marginalizados. Refiro-me à saúde mental. O Grupo Parlamentar do PCP recebeu há alguns dias uma carta da Comissão Inquiridora do Instituto de Assistência Psiquiátrica da Zona Norte em que nos é dado conhecimento, cito, "da grave situação dos serviços de saúde mental periféricos, nomeadamente de Bragaça, Vila Real, Viana do Castelo e Penafiel". Alerta-se para o risco de encerramento dos Centros de Saúde Mental e a ponto - se a incapacidade da Secretaria de Estado da Saúde para resolver estes graves problemas. Diremos desde já que o panorama não é menos carregado noutras zonas do país, com particular incidência nos Centros de Saúde Mental que, ou não existem, ou mal funcionam e têm graves carenciadas e limitações. (...) As bases do SNS deverão ser urgentemente concretizadas nos sectores da saúde mental: regionalização, descentralização, integração de cuidados, gestão democrática, participação, adequação de carreiras e generalização de cuidados. Que a saúde mental mereça a atenção que o seu atraso no nosso país exige e deve de ser o parente pobre de nossa pobre saúde (José Jara, em 15/6/79).

### A saúde mental também é saúde

Depois do acesso debate acerca da lei de bases do Serviço Nacional de Saúde aqui realizado, considero de interesse levantar questões concretas referentes a um sector da saúde que se pode considerar dos mais carenciados e marginalizados. Refiro-me à saúde mental. O Grupo Parlamentar do PCP recebeu há alguns dias uma carta da Comissão Inquiridora do Instituto de Assistência Psiquiátrica da Zona Norte em que nos é dado conhecimento, cito, "da grave situação dos serviços de saúde mental periféricos, nomeadamente de Bragaça, Vila Real, Viana do Castelo e Penafiel". Alerta-se para o risco de encerramento dos Centros de Saúde Mental e a ponto - se a incapacidade da Secretaria de Estado da Saúde para resolver estes graves problemas. Diremos desde já que o panorama não é menos carregado noutras zonas do país, com particular incidência nos Centros de Saúde Mental que, ou não existem, ou mal funcionam e têm graves carenciadas e limitações. (...) As bases do SNS deverão ser urgentemente concretizadas nos sectores da saúde mental: regionalização, descentralização, integração de cuidados, gestão democrática, participação, adequação de carreiras e generalização de cuidados. Que a saúde mental mereça a atenção que o seu atraso no nosso país exige e deve de ser o parente pobre de nossa pobre saúde (José Jara, em 15/6/79).

### Deputados comunistas em Viana do Castelo

Para os deputados que estão empenhados em contribuir para que a Assembleia da República exerça as suas competências em favor dos interesses do povo e do país, o contacto directo com as populações e as realidades locais é, ou deve ser, uma preocupação permanente. (...) Contactámos e abordámos alguns dos grandes problemas de Viana do Castelo. As potencialidades da região, a vontade das populações e dos seus responsáveis locais exigem medidas imediatas. O Governo Mota Pinto pouco se interessa com isso. O Governo Mota Pinto esteve-se nas tintas para estes problemas. Os comunistas não. Por isso levantamos aqui a nossa experiência em Viana (João Miguel Felgueiras, em 12/6/79).

### Proteger os direitos dos trabalhadores e seus representantes

Em Janeiro deste ano, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou nesta Assembleia as razões que nos leva a propor o projecto de lei 175/I sobre protecção contra despedimentos dos representantes dos trabalhadores. (...) O Governo Mota Pinto, com a sua política agressiva e reaccionária, virada contra os trabalhadores e contra os seus interesses e direitos incentivava e acalentava a escalada repressiva que atingia os dirigentes de delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores. (...) Ao propor a esta Assembleia o projecto de lei 175/I, o Grupo Parlamentar do PCP procurou, de uma forma simples e clara, salvaguardar o direito ao trabalho daqueles que pelas funções que exercem, e pelos riscos a que se expõem no combate pelos interesses daqueles que representam, estão a ser alvo de uma violenta ofensiva ilegal e prepotente. Ao propor-se que tem de cometer à entidade patronal, que julga verificados os pressupostos de despedimento, o encargo de propor a respectiva acção no tribunal competente, desde que ao parecer do trabalhador e da CT ou do sindicato seja de exercer, e pelos riscos a que se expõem no combate pelos interesses daqueles que representam, estão a ser alvo de uma violenta ofensiva ilegal e prepotente. Ao propor-se que tem de cometer à entidade patronal, que julga verificados os pressupostos de despedimento, o encargo de propor a respectiva acção no tribunal competente, desde que ao parecer do trabalhador e da CT ou do sindicato seja de exercer, e pelos riscos a que se expõem no combate pelos interesses daqueles que representam, estão a ser alvo de uma violenta ofensiva ilegal e prepotente. Ao propor-se que tem de cometer à entidade patronal, que julga verificados os pressupostos de despedimento, o encargo de propor a respectiva acção no tribunal competente, desde que ao parecer do trabalhador e da CT ou do sindicato seja de exercer, e pelos riscos a que se expõem no combate pelos interesses daqueles que representam, estão a ser alvo de uma violenta ofensiva ilegal e prepotente.

### A força do associativismo no distrito de Setúbal

O distrito de Setúbal tem grandes tradições no campo do associativismo. Tal tradição, que remonta aos últimos decénios da monarquia e atinge o seu grande desenvolvimento nos primeiros tempos da 1.ª República, assenta nas formas de luta encontradas pelos trabalhadores e pela população em geral, na altura, actuando organizadamente para a resolução de alguns dos seus problemas. (...) Não admira pois que em pleno fascismo, apesar da repressão, fossem da ordem das várias centenas as colectividades de cultura e recreio existentes no distrito. (...) Vencida a longa noite fascista, novos horizontes se abriram à vida associativa. Das 600 colectividades existentes, juntaram-se-lhes mais de 400 Comissões de Moradores, Associações de Amizade e renascem em força as cooperativas. (...) Não restam dúvidas serem as colectividades de cultura e recreio um dos pólos da dinamização cultural e da irradiação do desporto popular no distrito, como o demonstram os 143 mil associados existentes só nos concelhos de Almada, Seixal e Barreiro. (...) A terminar queramos desta banca de fazer um apelo a todas as entidades responsáveis para a necessidade urgente de apoiar, incentivar, salvaguardar este imenso património cultural que são as colectividades. E esse o sentido que aponta a nossa Constituição ao consagrar o papel que cabe ao Estado no apoio às organizações populares, como manifestações concretas da vivência democrática do povo português (Matos Gago, em 15/6/79).

em português CIÊNCIAS SOCIAIS Uma revista nova que informará da actividade de mais de 30 institutos de investigação científica da Academia das Ciências da URSS, nos domínios da FILOSOFIA, HISTÓRIA, ECONOMIA, POLÍTICA, SOCIOLOGIA, DIREITO, FILOGIA, PSICOLOGIA, ETNOGRAFIA E ARQUEOLOGIA. A VENDA 30000



# DEZENAS DE MILHARES DE PESSOAS PARTICIPAM



Dezenas de milhares de pessoas participaram na segunda edição da Festa da Alegria, que alcançou um sucesso superior à do ano passado, ultrapassando mesmo as previsões mais optimistas. Durante três dias, o Parque Municipal de Exposições de Braga foi cenário de uma extraordinária manifestação política, cultural e artística, que uniu num inesquecível convívio uma enorme multidão.

Eram 19 horas de sexta-feira quando foram abertos os portões, iniciando-se a entrada dos participantes. Uma hora depois, o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC, acompanhado por membros das DORs presentes, inaugurou a Festa que, logo à primeira vista, apresentava um aspecto superior ao do ano transacto.

Quando entrou no recinto a Fanfara de S. Vitor, já neste se encontravam alguns milhares de pessoas, a que se juntariam muitos mais para tomarem o primeiro contacto com esta inesquecível jornada. A noite estava agradável, como as restantes, permitindo aos presentes contactarem com as diversas exposições ali levadas por todas as Organizações Regionais do Continente, comparem recordações, petiscarem ou assistirem aos espetáculos nos dois palcos.

Ao longo dos três dias, era particularmente salientado pelos participantes o carácter extremamente popular da jornada, que associava com muita clareza, à alegria das romarias minhotas o ambiente característico das jornadas promovidas pelo nosso Partido. Estes dois aspectos complementavam-se e ganhavam ainda maior saliência. O convívio, a confraternização, a alegria e conhecimento de novas realidades, eram a nota dominante, numa iniciativa só possível de realizar por um Partido profundamente enraizado a nível nacional e com capacidade para realçar o que de mais positivo existe no património político, artístico e cultural do nosso país.

"É a maior festa em que já actuámos", dizia-nos Avelino Ramos, dos Zés-Pereiras de Barcelinhos. "Tudo o que aqui vemos nos diz respeito. Na Festa fala-se e discutem-se os problemas do nosso povo". Habitado como está a ver romarias e festas do Norte, não escondia o seu gozo pelo sucesso da jornada, "superior à do ano passado. O Norte está crescendo. Antes de mais, este êxito é uma vitória do povo do Norte".

E lá foi ele, com os seus companheiros, como fizeram os outros grupos de zés-pereiras presentes, fazer ecoar na vasta área o ruir dos tambores, o som típico do

clarinete ou da gaita de fole que davam forma e alma a inúmeras canções populares e revolucionárias. Na sexta-feira à noite, como nas dias seguintes.

Até à madrugada da segunda-feira, quando terminou o espectáculo, com a actuação do Fernando Tordo, prosseguiu a jornada. Na manhã de domingo chegaram ao recinto concorrentes à Estafeta da Alegria, enquanto milhares de centenas de miúdos participavam num espectáculo e noutras iniciativas que foram dedicadas.

A satisfação e o entusiasmo eram as expressões patentes nos rostos dos presentes. Encobrimos o cansaço no fim do dia e o desgaste. No domingo à noite, os stands do artesanato e recordações do todo o País apresentavam um aspecto quase vazio. Tiveram o ensejo de confirmar que camaradas apesar de ter havido retorno dos stocks, relativamente a pessoas já foram esgotadas milhares de centenas de artigos.

"Para o ano cá estaremos", era a frase mais escutada. Com os Festa. Testemunha a reacção da e sintetizava o sucesso da iniciativa que, de ano para ano, vai ganhando o coração do povo da cidade e do distrito de Braga, constituindo uma força mesmo um extraordinário exemplo de crescimento da capacidade do nosso Partido.

## Intervenção de Álvaro Cunhal em Braga

Camaradas e amigos: Estamos aqui reunidos na segunda Festa da Alegria, numa cidade que a reacção pretendeu muitos anos apresentar como sua fortaleza, mas que na verdade tem ricas tradições de resistência antifascista e de luta democrática.

Estamos aqui muitos milhares de portugueses e portuguesas, convivendo, confraternizando, sentindo-nos próximos uns dos outros nos nossos problemas e nas nossas aspirações e participando na alegria desta Festa que é a alegria da liberdade conquistada com o 25 de Abril.

A Festa da Alegria faz-se porque Portugal se libertou do fascismo que abafava e reprimia a manifestação das aspirações populares e porque o regime democrático assegura ao Povo português a liberdade de falar, de escrever, de expressar as suas opiniões, de se organizar, de se manifestar, de conviver e confraternizar livremente, como aqui estamos a fazer.

Nesta Festa todos sentimos profundamente que a liberdade é um bem precioso que o Povo português está firmemente disposto a defender e que defenderá.

Neste sentido, a Festa da Alegria tem um rico significado. Ela atesta, pela sua própria realização, que, apesar das furiosas ofensivas das forças reaccionárias contra o regime democrático, o sol de Abril continua a brilhar em Portugal.

Ela atesta que a reacção e os caciques locais são hoje impotentes para dominar, subjugar, coagir, manipular as massas populares. Ela atesta que o povo de Braga, o povo do Norte está contra a reacção e com a democracia.

Ela atesta que o nosso Partido, o PCP, organizador da Festa da Alegria, conta cada vez com maior simpatia, influência e apoio em Braga como em todo o Norte.

Tudo somado: A Festa da Alegria atesta que a reacção está cada vez mais fraca e as forças da democracia, o movimento operário e popular, o nosso Partido, estão cada vez mais fortes. Atesta que há condições para defender e prosseguir o Portugal de Abril e que há razões para confiar em que o Portugal de Abril prosseguirá.

A reacção tem muito menos força do que aquela que afirma ter. Todos nos lembramos de que, ao constituir-se o Governo Mota Pinto, este proclamou que iria até 1980.

O PPD, o CDS e até o PS, que o deixou passar na Assembleia da República, afirmavam em coro que o Governo iria até 1980.

Só o nosso Partido afirmou: o Governo Mota Pinto não chegará lá. Fracassará como fracassaram os governos anteriores. Fracassará porque a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista tropeça contra a nova realidade criada pela Revolução, tropeça com a luta e a resistência populares e não conseguirá resolver um único dos grandes problemas nacionais.

Quem tinha razão?

Batido pela poderosa vaga de descontentamento, de vontade e de determinação das massas populares, isolado, levantando contra si grande parte da Nação, o Governo Mota Pinto recorreu de forma crescente às ilegalidades, às arbitrariedades, às decisões administrativas, ao cerceamento das liberdades e direitos dos cidadãos, às medidas de repressão e de violência. Desrespeitou leis e decisões da Assembleia da República e sentenças dos tribunais. Nada disso lhe valeu. Foi abaixo e esperamos que de vez.

Os factos provaram ter sido absolutamente justo ter o nosso Partido anunciado a apresentação de uma moção de censura, actuar politicamente de forma a fazer amadurecer as condições para que o PS se sentisse obrigado a passar à oposição e a apresentar também uma moção de censura, escolher o momento apropriado para apresentar a moção, e fazê-lo de tal forma, que, conjugada a iniciativa do nosso Partido com iniciativa semelhante do PS, o Governo ficaria irremediavelmente condenado à demissão.

Desde o mês de Fevereiro que o Povo português, em grandiosas demonstrações da sua vontade, exigia que Mota Pinto fosse para a rua. As moções de censura que iam ser aprovadas na Assembleia da República obrigavam-no a ir para a rua, quisesse ou não quisesse.

No momento em que a Assembleia se preparava para assinar a ordem do despejo, Mota Pinto, por um lado para evitar ser atirado abaixo pela Assembleia, por outro lado tentando uma golpeja contra a democracia, pediu a sua exoneração ao Presidente da República exigindo ao mesmo tempo ao Presidente, como condição para ficar no Poder, plenos poderes e a dissolução da Assembleia da República. Isto é: um golpe institucional e a transformação do Governo Mota Pinto num governo ditatorial.

O Presidente da República aceitou, naturalmente, a exoneração. Nas circunstâncias existentes era a única atitude possível. E assim esse governo orgulhoso e carregado de ódio ao povo e à democracia, esse governo que se proclamava de pedra e cal, caiu miseravelmente abandonado por todos.

O Governo Mota Pinto foi exonerado. Isto significa que o Governo Mota Pinto cessou as suas funções e que, legalmente, nada mais pode nem deve fazer do que assegurar o despacho das questões diárias inadiáveis.

Constituiu uma grosseira violação da legalidade democrática que um governo exonerado continue falando e actuando como se tivesse plenos poderes, insistindo em decisões anticonstitucionais ilegais e arbitrárias.

Como o Povo português diz por toda a parte: o Governo Mota Pinto morreu. E urgente entrará definitivamente para deixar de poluir a atmosfera da vida nacional.

Por que razão, camaradas, os partidos reaccionários - o PPD e o CDS - depois de terem apoiado abertamente o Governo Mota Pinto, passaram subitamente a demarcar-se dele?

Estarão o PPD e o CDS contra a política do Governo Mota Pinto? Estarão o PPD e o CDS contra o congelamento dos salários, a subida dos preços, as perseguições aos trabalhadores, a ofensiva brutal contra a Reforma Agrária, a guerra às nacionalizações, as indemnizações aos capitalistas e latifundiários, as concessões ao imperialismo estrangeiro?

Não, camaradas. A política do Governo Mota Pinto é a política do PPD, é a política do CDS, é a política da reacção.

Foi e é absolutamente justo afirmar que o Governo Mota Pinto era o Governo Mota Pinto/PPD ou mesmo o Governo Mota Pinto/PPD/CDS.

Se o PPD e o CDS se demarcaram do Governo Mota Pinto foi por um lado porque a política e actuação deste Governo causou tão largo e profundo descontentamento popular que o PPD e o CDS temeriam perder as suas próprias bases de apoio se continuassem a apoiá-lo abertamente.

Mas é necessário reafirmar que a política do Governo Mota Pinto, agora exonerado, é no essencial, a política do PPD, do CDS e dos outros partidos reaccionários, da CIP e da CAP, da reacção no seu conjunto.

O fracasso e a derrota do Governo Mota Pinto é o fracasso e a derrota do PPD, do CDS, das forças reaccionárias.

Se o PPD e o CDS como partidos constituíssem governo, realizariam uma política multifacetada (se não pior ainda) que a do Governo exonerado Mota Pinto.

O PPD e o CDS podem propor ao País prosseguir a calamidade da política do Governo exonerado. Mas o PPD e o CDS não podem propor, não têm, não são, não constituem uma alternativa da política e uma alternativa do Governo.

### A saída para a crise

A exoneração do Governo Mota Pinto constitui uma importante vitória do movimento popular e das forças democráticas.

A queda do Governo não é, porém, tudo. Não basta que o Governo Mota Pinto/PPD tenha caído. É necessário formar um governo melhor com uma política melhor.

É isso possível? Sim, é possível.

Precisamente porque uma alternativa democrática é possível no quadro das instituições, a reacção - o PPD, o CDS, o MIFN, os micros PDC e PPM e outros tantos - procura ferilmente desestabilizar a situação política, social, económica e militar, de forma a poder impor medidas e "soluções" inconstitucionais.

Continua actuando com vistas à dissolução da Assembleia da República e à realização de eleições intercalares, ficando o Governo Mota Pinto como governo de gestão ou sendo formado um outro governo reaccionário que continue ilegalmente a ofensiva contra as conquistas democráticas e proceda à realização de uma mascarada eleitoral que, falseando e falsificando o voto do eleitorado, dê uma maioria à direita.

Continua actuando com vistas à realização inconstitucional de um referendo, violando as instituições e as normas democráticas do regime vigente.

Em todos estes planos, projectos e exigências, é evidente que aquilo que o PPD, o CDS, tudo a reacção, pretendem não é uma solução constitucional, legal, e democrática, mas um autêntico golpe de Estado, a liquidação da democracia, a revisão inconstitucional da Constituição, a instauração de uma nova ditadura.

Haverá forças para impedi-lo? Sim, camaradas, tais forças existem.

A verdade é que o movimento popular é cada vez mais poderoso, o apoio ao 25 de Abril é cada vez mais amplo e determinado e está em marcha um processo progressivo de aproximação e entendimento de democratas e patriotas. A reacção pode ser contida e derrotada.

As linhas gerais da política necessária ao País podem deduzir-se da experiência do que sucedeu com os últimos quatro governos.

Os últimos quatro governos foram incapazes de resolver um único dos grandes problemas nacionais e fracassaram sucessivamente, porque, em vez de uma política de verdadeira recuperação económica do País, adoptaram e procuraram realizar uma política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista que, inevitavelmente, agravou a situação económica e conduziu Portugal ao abismo de uma dívida externa de cerca de 300 milhões de contos obrigando ao pagamento anual ao estrangeiro de cerca de 35 milhões.

Os últimos quatro governos foram incapazes de resolver um único dos grandes problemas nacionais e fracassaram porque, em vez de definirem e realizarem uma política assente nas grandes transformações democráticas alcançadas com a Revolução (designadamente a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo de gestão), adoptaram e procuraram realizar uma política de destruição dessas transformações.

Os últimos quatro governos foram incapazes de resolver um único dos grandes problemas nacionais e fracassaram porque, em vez de definirem e realizarem uma política com os trabalhadores e o povo em geral, adoptaram e procuraram realizar uma política contra os trabalhadores, contra os pequenos e médios agricultores e rendeiros, contra os pequenos e médios comerciantes e industriais, contra as classes e camadas antimonopolistas, uma política incondicionalmente ao serviço do grande capital, dos latifundiários, dos senhores ricos, do imperialismo estrangeiro.

Os últimos governos foram incapazes de resolver um único dos grandes problemas nacionais e fracassaram porque, em vez de definirem e realizarem uma política conforme com o Portugal de Abril criado pela Revolução, adoptaram e procuraram realizar uma política contra o 25 de Abril que existe na nova realidade portuguesa, que existe no coração do povo, faz parte do regime democrático, vive e viverá porque o Povo português assim o quer, assim o decide e assim o assegurará.

A política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista conduziu e está ainda conduzindo Portugal para o desastre. É absolutamente necessário que essa política seja prontamente corrigida e substituída.

O IX Congresso do nosso Partido, insistiu em que qualquer saída para a crise do Governo, como qualquer solução para os problemas políticos nacionais, só pode e deve ser encontrada no quadro da Constituição da República, no

quadro das instituições e da legalidade democrática, no quadro do Portugal de Abril.

O IX Congresso do nosso Partido propôs ao Povo português aos democratas e patriotas portugueses uma Plataforma em 10 pontos na base da qual os problemas essenciais do País podem ser resolvidos.

O nosso Partido considerou essenciais:

A estabilidade do regime democrático e o respeito pela Constituição, Lei Fundamental do país (1.º ponto da Plataforma); a garantia das liberdades e direitos dos cidadãos (2.º ponto); a dinamização e o respeito pelos limites das diversas formações económicas (sector nacionalizado, UCPS e Cooperativas da Reforma Agrária, empresas em autogestão, pequena produção mercantil, empresas capitalistas) (3.º ponto); uma política económica e financeira voltada para o desenvolvimento (4.º ponto); a defesa e melhoria do nível de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias (5.º ponto); a reforma do ensino e uma política cultural ao serviço do povo (6.º ponto); a unificação das Forças Armadas e a estabilidade militar (7.º ponto); a unidade nacional e a integridade territorial (8.º ponto); relações de amizade e cooperação com todos os povos do mundo (9.º ponto); a virtude da tenebrosa violação da legalidade pelo Governo; a rectificação de decisões e actuações inconstitucionais e ilegais (10.º ponto).

Lutando por uma solução democrática da crise governamental e por uma alternativa democrática, o PCP defenderá uma política que corresponda às linhas essenciais definidas nesta Plataforma.

Como chegar lá?

Exonerado o Governo, Portugal inteiro pergunta qual será a saída da crise, que governo será formado, se haverá ou não haverá eleições intercalares.

O IX Congresso do nosso Partido afirmou claramente que uma alternativa democrática é necessária e é possível.

Na situação criada pela exoneração do Governo Mota Pinto há duas soluções:

ou a formação de um Governo com uma política democrática, contando com maioria parlamentar, que possa governar até às eleições de 1980;

ou eleições intercalares com a formação de um governo de gestão, que assegure os negócios correntes do Estado e garanta uma posição imparcial e isenta na preparação e realização do acto eleitoral.

Existem condições para uma e outra solução.

Uma dessas condições é que, presentemente, na Assembleia da República, o PPD e o CDS têm apenas 78 deputados contra a maioria absoluta de 141 deputados do PS e do PCP.

Além de muitos outros factores, esta situação, só por si, mostra que, se o PS se decidisse finalmente a um entendimento com o PCP, cairiam irremediavelmente por terra os projectos e planos da reacção.

O PCP está pronto a examinar, com outros partidos e sectores democráticos, com todos aqueles que quiserem encontrar uma solução cooperando com o PCP, as várias modalidades de um governo democrático até 1980 ou de um governo de gestão para efeito de eleições intercalares.

Estamos prontos a dar uma contribuição construtiva, com espírito de diálogo, abertura e negociação.

Uma coisa continua a ser válida e que os próprios factos demonstram: que não é possível uma alternativa democrática, não é possível a solução dos problemas nacionais sem os trabalhadores e sem os comunistas e muito menos contra os trabalhadores e contra os comunistas.

### A ofensiva da reacção e a queda do Governo Mota Pinto

Sem dúvida, camaradas, que o regime democrático português não está ainda completamente consolidado.

Sem dúvida que (conforme concluiu o IX Congresso do nosso Partido que acaba de realizar-se) existem perigos e sérios perigos para a democracia portuguesa.

Sem dúvida que (conforme concluiu o nosso IX Congresso) nos últimos três anos se têm desenvolvido violentas ofensivas contra os trabalhadores, contra as conquistas da Revolução (designadamente contra a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo de gestão), contra o regime democrático.

Sem dúvida (conforme concluiu o nosso IX Congresso) o Povo português, a classe operária, os pequenos e médios agricultores, e as classes médias, com particular incidência na situação das mulheres, dos jovens, dos reformados e deficientes, sofrem duramente a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista. O roubo de terras, gado, máquinas, produtos, instalações às UCPS e Cooperativas da Reforma Agrária. A restituição ilegítima de empresas ao patronato sabotador. O congelamento da contratação colectiva. A alta vertiginosa e incessante dos preços. Os despedimentos e o desemprego. As perseguições do Governo e do patronato. O aumento dos impostos. As elevadas taxas de juro. Toda uma política que serve apenas os interesses do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo estrangeiro.

Sem dúvida que (conforme concluiu também o IX Congresso) se desencadeou uma ofensiva global da reacção de que o Governo exonerado de Mota Pinto foi um instrumento da ofensiva que tem em vista a destruição completa das conquistas da Revolução, a revisão inconstitucional da Constituição, a instauração de uma nova ditadura, a restauração do poder económico e político dos monopólios e latifundiários, daqueles membros que exploraram, oprimiram, reprimiram, espezinharam, humilharam o nosso Povo durante quase meio século de ditadura fascista, daqueles mesmos que o Povo português justamente escorraçou com a Revolução democrática e que para nada são precisos no Portugal de hoje.

Sim, tudo isso é verdade.

Mas (conforme igualmente concluiu o IX Congresso do nosso Partido) os últimos três anos foram também caracterizados pela luta constante, tenaz, imensa, heróica e confiante do Povo português contra a reacção e em defesa das conquistas de Abril.

A reacção agravou as condições de vida do povo, atingiu as conquistas democráticas, violou a Constituição e as leis, mas não conseguiu até hoje (e tudo faremos para que não consiga jamais) destruir as conquistas revolucionárias, nem o regime democrático consagrado na Constituição.

### A unidade dos democratas e as relações PCP-PS

Para uma saída democrática para a crise, torna-se indispensável que os partidos, agrupamentos e sectores democráticos entendam, estabeleçam um acordo e tomem as iniciativas apropriadas para que a saída democrática se concretize.

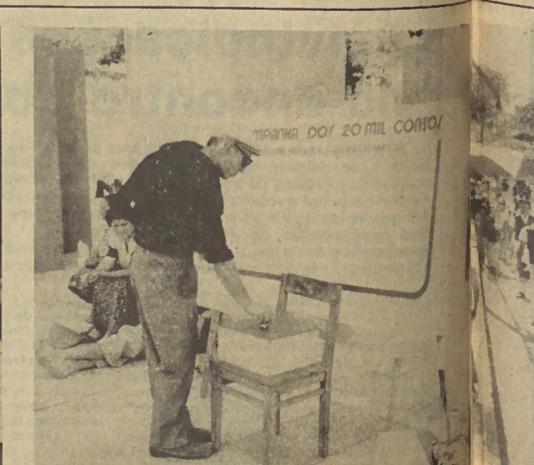
Os partidos e sectores democráticos não podem continuar divididos e combatendo-se entre si no preciso momento em que as forças reaccionárias dão sérios passos no sentido da sua própria unidade, tendo como objectivo a liquidação da democracia.

A unidade da reacção não é sem dúvida, um sintoma de forças Os partidos da direita estão desacreditados e atravessam graves crises internas.

MIRN e PDC não passam de pequenos grupos de conspiradores. O CDS, que em tempos pretendia vir a ser a "alternativa 76", é hoje um partido de 2.º classe.

No PPD/PSD, a política fascizante, golpista e totalitária de Sá Carneiro, fora e dentro do partido, atingiu tal nível que, como é sabido, mais de metade dos seus deputados o abandonaram para formar a Associação Social-Democrata Independente (ASDI).

Por todas essas dificuldades internas, os partidos da reacção têm cada vez menos confiança em si próprios. Tomam consciência de que o Povo português se não deixa enganar pelas



# CIARARAM NA FESTA DA ALEGRIA



O ponto máximo da Festa foi atingido a meio da tarde de sábado. O sol escaldava, o calor no interior dos stands sob a sombra da ramada era intenso. De súbito, o ar mudou de temperatura: "Chegou a camarada Álvaro". Eram 17 horas e muitos milhares de pessoas já concentradas no Palco 1 juntava-se um vez mais gente.

uma visita aos diversos pavilhões.

Demorou 37 minutos a caminhada, iniciada com um contacto com as exposições patentes no pavilhão insulável. Todos quiseram testemunhar o seu apreço e amizade ao camarada Álvaro Cunhal. Para muitos era mesmo o primeiro contacto directo. As manifestações de alegria não cessavam.

No meio de abraços, apertos de mão e beijos, crescia o entusiasmo, polarizado em consignas gritadas em conjunto: "Viva o Partido dos Trabalhadores - Viva o PCP", "Avante pela Reforma Agrária", "UJC, UEC - Juventude do PC", etc.

O "Avante camarada" estava a ser tocado por

Zés-Pereiras no palco, acompanhados pela multidão, quando terminou a visita do camarada Álvaro Cunhal à festa. Ia começar o comício, cujo início fora retardado devido à canícula. Eram inúmeras as bandeiras do PCP que acompanhavam compassadamente as palavras de ordem da multidão, dando um colorido ainda maior.

"Fascismo nunca mais, 25 de Abril sempre" foi o que os milhares de presentes gritaram quando terminou a chamada dos membros da mesa do comício, de que faziam parte os camaradas da Comissão Distrital de Braga, da SIP/Central, das Direcções das Organizações Regionais representadas na Festa, do Comité Central presentes e,

ainda, Jorge Araújo, membro do Secretariado do CC; Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC; Carlos Costa, membro do Secretariado e do CC do PCP, aproveitou para anunciar que três dezenas de pioneiros haviam recebido naquele dia os seus lenços vermelhos e as leis dos Pioneiros. Para a comemoração do AIC, Manuela Carvalho manifestou o desejo da aproximação do dia em que todos os anos serão dedicados às crianças, "em que não haja meninos sem amor, sem pão e sem paz". "Vamos ajudar a fazer uma terra, uma lei, uma escola, uma vida melhor", declarou a concluir a sua breve intervenção.

Muitas vezes interrompidos com aplausos, usaram da palavra os camaradas Joaquim Fernandes, membro da Comissão Distrital de Braga; António Lopes, membro do CC e da DORN; e Álvaro Cunhal. No termo da intervenção do Secretário-Geral do PCP, subiram ao palco dezenas de pioneiros com flores e camaradas que entregaram ofertas para o Museu Central do nosso Partido.



campanhas contra o 25 de Abril. Tomam consciência de que a democracia em Portugal é mais forte do que a reacção.

Sá Carneiro procura ainda apresentar-se confiante em que a sua política de unidade e de cooperação com os outros partidos democráticos, não se mantém dividida, a reacção unida pode continuar a avançar.

O PCP insiste na necessidade do urgente entendimento e acordo das democratas e patriotas portuguesas, dos partidos democráticos grandes e pequenos, dos segmentos sectores e pessoas que (seja qual for o sector político em que formalmente se inserem) consideram necessária uma solução democrática, de acordo com o PCP.

O PCP insiste na particular importância que reveste, na situação política portuguesa e aproximação, o entendimento e a acção comum de comunistas e socialistas, do PS e do PCP.

Muitas vezes nos perguntam: para quê insistir mais, quando está mais que provado que o PS não quer e acaba sempre por voltar-se à reacção? Quando está mais que provado que a política do PS é a política de recuperação capitalista e latifundista e de entrega ao imperialismo?

A isso respondemos: Pode a direcção do PS não querer reconhecer que as alianças com o PPD e o CDS levaram o PS à perda de influência e de militância, a divisões e a cisões internas, à queda do eleitorado, à saída do governo, à expulsão de numerosas posições do aparelho do Estado.

Pode a direcção do PS não querer reconhecer que a aliança do PS com o PPD e o CDS não só foi nociva para o regime democrático como foi desastrosa para o próprio PS.

Pode a direcção do PS fundar-se politicamente na aprovação do tenebroso projecto de lei Gonalves com os votos do patronato reaccionário e da reacção, projecto lei que é inconstitucional e que visa a destruição da liberdade sindical, a liquidação do movimento sindical livre e de classe dos trabalhadores portugueses, o controlo dirigista do Estado sobre os sindicatos, a proibição completa da democracia sindical eliminando as assembleias gerais, impondo um estatuto tipo, criando e reconhecendo grupos armados armados em sindicatos únicos - projecto de lei vergonhoso e fascizante que nos seus propósitos e em numerosos aspectos concretos se aproxima das leis da fascização dos sindicatos de 1933.

Pode a direcção do PS continuar amarrada a uma política cujo erro e ineficácia os factos já provaram. Pode a direcção do PS não querer compreender todo o significado, importância e alcance da nossa política de unidade.

Mas milhares e milhares de socialistas e eleitores do PS (que daqui fraternalmente saudamos) perfeitamente compreendem o que significam a política passada e as alianças com a reacção, e compreendem, apoiam e praticam a política de aproximação e entendimento com os comunistas.

Na própria direcção do PS aparecem sintomas de que a compreensão do perigo do avanço da reacção e dos erros da própria política também ganha terreno.

Por tudo isso insistimos na política de aproximação, entendimento e unidade de acção de todos os democratas, designadamente de comunistas e socialistas, em todas as frentes de luta, em todos os sectores da vida nacional e internacional na necessidade de examinar juntamente com o PS todos os problemas nacionais, muito especialmente no imediato todos os problemas relativos à solução para a crise governamental.

Quaisquer que sejam os obstáculos, o PCP persistirá intransigentemente na sua política de unidade, porque o PCP se orienta pelos interesses do povo e do País e a unidade dos democratas é necessária para a defesa e o prosseguimento da democracia.

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que fazem apelos à intolerância, ao ódio e a perseguições contra os trabalhadores e contra o povo os grandes capitalistas, os senhores ricos, os que, para viverem no luxo e na opulência, exploram, oprimem, condenam ao desemprego e à miséria os trabalhadores, os pequenos agricultores, o povo laborioso - ou os comunistas que defendem os interesses dos trabalhadores, defendem os pobres, os deserdados e ofendidos da terra, contra aqueles que os exploram, oprimem, humilham e ofendem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Trata-se de um falso problema, mas a reacção, à velha maneira dos tempos do fascismo, procura fazer dele um instrumento de manipulação.

Abusando dos sentimentos religiosos, a reacção desenvolve uma intensa campanha anticomunista, cujo objectivo é manifestamente fazer dos católicos uma base de apoio político e eleitoral dos partidos reaccionários.

Porquê esta nova campanha? Precisamente porque, em zonas do País tradicionalmente dominadas pela reacção como é o caso do distrito de Braga, o povo acredita e se liberta de velhos preconceitos e superstições.

Precisamente porque milhares e milhares de católicos, distinguindo crença religiosa e posição política, se batem pelos ideais democráticos.

A sociedade não está dividida em católicos e não católicos, mas em classes exploradas e classes exploradoras. Os interesses e aspirações dos portugueses identificam-se e contradizem-se pelas classes a que pertencem e não pela religião que professam.

O operário católico da Têxtil Manuel Gonçalves, por exemplo, nada tem de comum com o patrão fascista e perseguidor que entretanto se afirma católico praticante. O operário católico tem os mesmos interesses, as mesmas aspirações, os mesmos objectivos dos seus companheiros de trabalho, sejam ou não sejam católicos, sejam ou não sejam comunistas.

Ser católico não define uma atitude política. Assim como há católicos em todas as classes sociais, assim há católicos em todos os partidos.

Há católicos no MIRN fascista, no chamado Partido da Democracia Cristã (que nem é democrático nem é cristão) no CDS, no PPD, no PS e também (e cada vez em maior número) no Partido Comunista Português.

Quanto às campanhas anticomunistas, o Portugal de Abril não é o Portugal fascista onde ninguém podia falar, nem levantar a voz, nem dizer a verdade ao povo.

No tempo do fascismo, aqui em Braga como no resto do País, quem ousasse falar verdade era perseguido, preso, torturado, quantas vezes condenado.

Hoje, aqui em Braga, estamos realizando esta magnífica Festa da Alegria, Festa dos comunistas e Festa do povo, testemunho do bem insuperável que é a liberdade alcançada como o 25 de Abril.

Já lá vão os tempos, em que a reacção afirmava (sem poder ser desmentida) que os comunistas eram o anti-Cristo.

Agora em liberdade o mundo inteiro sabe que o Papa, cidadão de um país socialista, visita esse país livremente, é livremente acolhido pelos católicos, numa demonstração sem equívocos de que, nesse país caluniado, se respeitam as crenças dos cidadãos e a prática do culto.

Agora em liberdade, os portugueses podem sem perigo tomar contacto directo com os comunistas, conhecê-los, avaliar os seus ideais e da sua actuação.

Agora em liberdade, muita gente pergunta: quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem contra os trabalhadores e contra o povo os grandes capitalistas, os senhores ricos, os que, para viverem no luxo e na opulência, exploram, oprimem, condenam ao desemprego e à miséria os trabalhadores, os pequenos agricultores, o povo laborioso - ou os comunistas que defendem os interesses dos trabalhadores, defendem os pobres, os deserdados e ofendidos da terra, contra aqueles que os exploram, oprimem, humilham e ofendem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que defendem uma sociedade em que a riqueza e a fortuna de alguns poucos é a pobreza e a miséria da grande maioria do povo - ou os comunistas que lutam para que seja posto termo às desigualdades e injustiças sociais, para que seja posto fim à exploração do homem pelo homem?

esforçam, lutam, dão a vida se necessário para que as crianças sejam felizes, as mulheres respeitadas nos seus direitos, os velhos assegurados de uma velhice libertada da miséria, tranquilos, acarinhados, sem que nada de essencial lhes falte?

Quem está mais próximo dos sentimentos cristãos? Aqueles que erguem a voz contra as liberdades, contra o regime democrático e (ombro com ombro com os partidos e organizações fascistas) fazem apelo ao regresso ao passado e à instauração de uma nova ditadura terrorista - ou os comunistas que defendem firmemente as liberdades do povo, o regime democrático, o Portugal de Abril?

São muitos católicos e católicas que fazem estas perguntas a si próprios, que vão vendo com os próprios olhos, ouvindo com os próprios ouvidos e pensando com as próprias cabeças.

E assim, milhares e milhares de católicos se aproximam dos comunistas, lutam lado a lado com os comunistas e muitos acabam por decidir-se a pedir entrada no Partido Comunista.

Nós saudamos com alegria o facto de que um número cada vez mais elevado de católicos (homens e mulheres) se inscrevem nas fileiras do nosso Partido.

Estes camaradas podem testemunhar que não lhes é sequer perguntado se são ou se não são católicos. Se o dizem é porque querem.

Podem testemunhar que o PCP respeita rigorosamente as crenças religiosas do povo, opondo-se a qualquer atitude de ofensa aos sentimentos religiosos.

Todos sabemos que é uma realidade que camafadas e amigos que hoje, sábado, confraternizam aqui na Festa da Alegria, estarão amanhã, domingo, na procissão da Nossa Senhora do Sameiro. Ninguém lhes faz por isso qualquer reparo.

Esta Festa da Alegria é um testemunho vivo de que, na inteligência e no coração do povo podem coincidir a crença religiosa e a luta pela liberdade e a democracia, os ideais do socialismo, a solidariedade e a fraternidade humanas.

Ao contrário de acusações que tantas vezes e com ódio são feitas aos comunistas, não há nenhum outro partido que como o Partido Comunista seja inspirado, não pelo ódio, mas pelo amor, o amor pelo próximo, pelo bem-estar, a sorte, a saúde, a liberdade e a felicidade do ser humano.

São estes os ideais humanistas que inspiram a nossa luta e que animam e dão força e razão ao movimento operário e popular na defesa das liberdades, das outras conquistas de Abril, do regime democrático consagrado na Constituição.

## O PCP e a força do movimento popular

O movimento operário e popular, com as suas organizações e movimentos, a participação de vastíssimas massas, a poderosa capacidade de mobilização, é força decisiva na luta em defesa das conquistas da revolução e do regime democrático.

O IX Congresso do nosso Partido insistiu no papel essencial e determinante do movimento operário e popular na defesa das liberdades e das outras grandes conquistas da Revolução, na defesa dos interesses vitais dos trabalhadores e de toda a população laboriosa.

A pergunta: "Está o movimento operário e popular em condições de fazer frente à reacção, de derrotá-la, de defender, consolidar e prosseguir o regime democrático consagrado na Constituição?" - o nosso IX Congresso respondeu: «Sim, está! O movimento operário e popular (tendo a classe operária como vanguarda e a aliança da classe operária com o campesinato como aliança social básica da ampla frente social das classes e camadas antimonopolistas) é a mais sólida garantia da vitória final do Portugal de Abril».

Por isso o IX Congresso, saudando e vitoreando o desenvolvimento impetuoso e heróico das lutas de massas, deu particular relevo ao reforço da unidade, da organização e da acção do movimento operário e popular, em todas as suas múltiplas frentes.

Conformes com as decisões do IX Congresso, nós apoiamos firmemente a central sindical unitária dos trabalhadores portugueses - a CGTP-IN - condenamos veementemente as actuações divisionistas no movimento sindical, desvendamos às massas trabalhadoras a vergonhosa aliança do PS com o PPD, a CIP, a CAP, as forças reaccionárias na formação da central amarela - a UGT - e no projecto fascizante de Gonalves, apelamos para a luta contra tal projecto que visa a liquidação da liberdade sindical e expressamos inteira confiança em que o Movimento Sindical Unitário derrotará uma vez mais as manobras divisionistas e que os trabalhadores portugueses manter-se-ão unidos em torno da grande, poderosa, democrática e gloriosa CGTP-IN.

O IX Congresso registou também, como êxito notável nos últimos anos, o impetuoso desenvolvimento da luta firme e corajosa e da organização dos pequenos e médios agricultores, particularmente no Norte e no Centro do país, evolução de que

resulta a redução da base social de apoio dos partidos reaccionários em regiões onde a reacção tem mantido às populações rurais sob o seu domínio e o seu controlo e que torna já hoje o movimento dos pequenos e médios agricultores uma das mais aguerridas forças do movimento popular.

Aos pequenos e médios agricultores e rendeiros do distrito de Braga e, duma forma geral a todos os pequenos e médios agricultores e rendeiros do Norte, queremos aqui garantir que podem sempre contar, para defesa dos seus interesses e reclamações, com o apoio sincero, leal, amigo, activo e dedicado do Partido Comunista Português.

O IX Congresso sublinhou ainda o papel relevante das Comissões de Trabalhadores de gloriosas tradições, das Comissões de Moradores, das colectividades e associações de carácter cultural e desportivo, das lutas e movimentos dos intelectuais, dos quadros técnicos, dos pequenos e médios comerciantes e industriais e das mais variadas classes e camadas antimonopolistas, assim como das organizações económicas (UCPs, Cooperativas, empresas em autogestão), cuja contribuição directa para a solução dos problemas da economia portuguesa se integra no movimento popular.

O IX Congresso saudou os êxitos do movimento da juventude trabalhadora e estudantil e atribuiu às suas vanguardas revolucionárias, a UJC e a UEC, a tarefa exaltante de tomarem as decisões e as iniciativas necessárias para a unificação da UJC e da UEC numa grande influente e mobilizadora organização única da juventude comunista.

O IX Congresso considerou a participação corajosa e massiva das mulheres na luta popular, examinou as discriminações sociais e as incompreensões existentes e decidiu que todo o Partido apoiará activamente esta frente de acção de forma a que o movimento das mulheres se tome de facto o mais brevemente possível um movimento nacional de massas.

Nós, os comunistas, temos plena consciência de que sozinhos não bastamos para assegurar a vitória final da democracia. Tudo faremos para nos unir cada vez mais estreitamente à classe operária e às massas populares. Tudo faremos para impulsionar, organizar, dinamizar, encaminhar numa direcção justa e eficiente a luta das massas populares. Tudo faremos para aproximar, pôr de acordo e unir na acção comum democratas e patriotas.

Temos plena consciência de que sozinhos, isolados, não podemos resolver os problemas nacionais.

Mas temos também plena consciência do papel do nosso Partido na luta dos trabalhadores e de todo o Povo português, na defesa das liberdades e das conquistas da Revolução, na consolidação e prosseguimento do regime democrático, na defesa da Independência nacional.

Temos plena consciência da nossa força, da nossa experiência, da nossa capacidade e da nossa influência.

Temos plena consciência de que o PCP é um partido necessário, indispensável e insubstituível na democracia portuguesa.

Temos plena consciência de que o PCP é o mais sólido baluarte político do povo e da democracia.

E não somos só nós que temos consciência desta realidade. Disso tem consciência um número cada vez maior de portugueses e portuguesas.

Por isso o nosso IX Congresso registou a rápida expansão do Partido e da sua influência de massas.

Por isso passámos dos 115 000 membros do Partido que tínhamos em 1976 para os 164 000 em Maio do ano corrente, sem contar com os 30 000 jovens comunistas.

Por isso contamos com 33 000 mulheres filiadas no Partido.

Por isso a juventude ocorre ao Partido e dá-lhe muitos dos seus melhores quadros.

Por isso as realizações e iniciativas do Partido alargam-se a todo o País, os recintos não chegam, e tal, como hoje aqui, na Festa da Alegria de Braga não podemos apenas dizer que há grande afluência, não podemos apenas dizer que há milhares de participantes, e não temos melhor expressão do que dizer que é um mar de gente.

Gente que está com o Partido, gente que está com a liberdade, gente que está com a democracia, gente que está com o 25 de Abril.

O que aqui vemos na Festa da Alegria é uma viva expressão do Povo português, dos seus sentimentos, das suas aspirações e dos seus objectivos.

Festa da Alegria se chama a nossa Festa. E a alegria popular, a alegria revolucionária, a alegria de quem não deve e não teme, a alegria do povo trabalhador que se sente unido, solidário e fraternal, a alegria de estar com um partido que é conhecido pelo justo título de partido da verdade, da esperança e do futuro, a alegria de quem luta, de quem confia, de quem tem a certeza de que, vencendo dificuldades e obstáculos, Portugal seguirá o caminho da liberdade, da democracia, do progresso, da Independência nacional, tendo no horizonte a sociedade socialista.





# Portugal na Festa

As Organizações Regionais do nosso Partido, juntamente com todas as Organizações Distritais do Norte e de seis comissões concelhias de Braga, apresentaram na Festa uma amostra muito significativa das aspirações, da vida, da luta, do artesanato e da cozinha do Continente. Trata-se de um importante contributo para um mais detalhado conhecimento da realidade nacional.

Sem margens para dúvida, o mais visitado de todos os pavilhões foi o da Organização Regional do Alentejo, onde largos milhares de pessoas não esconderam a sua repulsa perante a vaga repressiva contra os trabalhadores da Reforma Agrária, ali patenteada por intermédio de uma exposição fotográfica.

Perante um corpo marcado pelos bastões e uma foto fixando a escrita de uma inscrição, "A Luta Continua", numa parede branca de uma casa alentejana, fica-se com a imagem real da actual situação naquela região onde os obreiros da Reforma Agrária lutam e lutarão pelo cumprimento da Constituição. Pode dizer-se que ninguém ficou indiferente.

Salientando que de muitas formas se testemunhou o apoio à Reforma Agrária, o camarada António Casarrinha, membro suplente do CC e da DORA, apontou a necessidade de ser intensificada a divulgação de documentos que ajudem as

personas a conhecer o que tem sido a ofensiva contra aquela conquista de Abril.

Após ter visto a exposição, intitulada "Reforma Agrária dá pão, repressão não", um amigo que viera de Lamego disse-nos: "Acho que esta exposição devia correr o Norte. Aliás, tanto quanto sei, é só uma amostra do muito que têm sofrido os trabalhadores alentejanos. Se tivéssemos outra política 'isto' não sucederia", concluiu, apontando para a face de um trabalhador que apresentava muitos indícios da agressão de que fora vítima.

### Um torno na Festa

Estavam muito satisfeitos os representantes das duas Organizações Regionais estreadas na Festa (ORLEI e ORSA), resultantes da descentralização operada na Organização Regional do Oeste Ribatejo. Os segundos trouxeram da freguesia de Pernes, concelho de Santarém, um torno que lhes fora emprestado por um pequeno industrial, eleito do Partido Socialista.

No lado esquerdo do stand, havia sempre um grande ajuntamento de pessoas que viam "nascer" cálices, piões e outros objectos de madeira. Tantas que a matéria-prima acabou. "Não chegou para as encomendas", dizia-nos o camarada Mário Xavier, da DORSA, acrescentando: "A nossa participação foi um sucesso".



A mesma opinião tinha a camarada Margarida Silva, da DORLEI, muito satisfeita com os resultados alcançados quer no stand, quer no Bar "25 de Abril, sempre" que, diga-se a propósito, foi integralmente construído pelo camarada Manuel Lourenço, ferroviário reformado. Levaram simão muitos dos artigos trazidos de muitas localidades do distrito de Leiria, que pagou o aluguer do stand com o produto da venda de dois mil cravos de papel.

Quem, no domingo à noite, percorre os stands das Organizações Regionais de Lisboa, das Beiras, de Setúbal, do Algarve e do Norte, facilmente comprovava o interesse que os seus produtos suscitaram nas dezenas de milhares de participantes na Festa da Alegria. Uns e outros regressavam às suas casas com um conhecimento mais profundo das realidades de outras regiões e muitos mais

determinados para prosseguirem a luta.

### Solidariedade e projectos

Cansaço e satisfação era aquilo que se via logo na cara dos camaradas das Comissões Distritais de Vila Real e de Bragança, presentes nos stands que aquelas duas organizações de uma zona difícil instalaram na Festa. "Acho que os resultados da nossa participação foram muito bons", disse-nos o camarada Fernando Teixeira, membro do CC e da DORN.

Segundo nos revelou, muita gente de Trás-os-Montes que trabalha noutros pontos do País "aproveitou para saber notícias das suas localidades. Por outro lado, tivemos inúmeras provas de solidariedade por parte dos participantes, que nos compravam muitos autocolantes para a reconstrução dos Centros de Trabalho destruídos pelos fascistas".

Realçando o facto de as especialidades regionais dos distritos de Bragança e de Vila Real terem sido muito bem aceites e procuradas, o nosso interlocutor confidenciou-nos um projecto que os comunistas de Trás-os-Montes hão-de tornar realidade: fazer uma festa semelhante na região, "para que o povo de Trás-os-Montes possa ver os comunistas, tal como são".



# O testemunho de Carlos Costa

O camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, só este ano pôde ver a Festa da Alegria. Na primeira edição, encontrava-se no estrangeiro. Natural de Fafe, conhecedor dos interesses e aspirações do povo do Minho, estava naturalmente muito satisfeito com tudo o que viu ao longo dos três dias. Pedimos-lhe que transmitisse ao "Avante!" as

suas impressões. "Esta festa, o seu êxito, confirmam que é, na verdade, a maior festa progressista que se realiza no País, depois da Festa do "Avante!". Tem características muito específicas. Exprime maravilhosamente o carácter e a cultura populares do povo da região e do Minho", começou por salientar o dirigente do nosso Partido, acrescentando: "A

alegria e a fraternidade populares que se vivem, por toda a parte, nesta festa são uma bela expressão da liberdade conquistada após o 25 de Abril de 74.

"Esta festa, frisou, confirma também o desenvolvimento da Organização do Partido na cidade e no distrito de Braga e a sua crescente influência. Não tenho dúvidas de que

a imensa maioria das pessoas que aqui estão votaram, anteriormente, no PS e em partidos de direita. Já puderam constatar que foram iludidos ou enganados e aproximam-se crescentemente dos comunistas.

"Creio que esta festa — ao revelar a muita gente que não conhecia os comunistas o seu profundo humanismo, a sua alegria de viver e alegria de lutar por um mundo melhor — levará um número crescente de pessoas a identificarem-se com o PCP. Finalmente, quero salientar o facto de nesta festa estarem representadas todas as regiões do Continente, trazendo cada uma aquilo que lhe é característico, constituindo uma importante ajuda política que cada uma das Organizações Regionais presentes dá aos comunistas do Norte."



# A presença dos Pioneiros

Foram dezenas os Pioneiros que, de lenço vermelho ao pescoço, deram um grande contributo ao bom funcionamento do seu stand próprio, onde venderam todos os materiais por eles feitos para a festa que, para eles, não foi na melhor altura. "Foi muito cedo", declarou ao "Avante!" uma das suas monitoras, Júlia Vale.

Por ter ultrapassado a idade de pioneira, Júlia quis permanecer a trabalhar naquela organização como monitora. "Gosto muito dos miúdos". Falando do trabalho preparatório, considerou que ele foi prejudicado pelo facto de ainda haver aulas.

Junto de nós, estava a Manuela Carvalho, que não quis deixar de comparar o trabalho de agora com o de há um ano. "Agora, disse, foi muito mais desenvolvido. Em 78, tínhamos menos pioneiros e menos meios de trabalho. Fizemos mais artigos (cravos de papel, bules-bules, etc.). Os resultados são muito melhores que no ano passado". A terminar a nossa conversa, manifestaram interesse em participar na festa do "Avante!" onde estarão pela primeira vez.

Só depois do fim da Festa, talvez na segunda ou terça-feira passadas, é que os pioneiros das Caldas da Rainha devem ter sabido o sucesso alcançado com os seus 500 cravos, vendidos em Braga pela Helena Sobral, monitora. Segundo nos explicou, os Pioneiros não puderam vir por estarem em aulas e, alguns, a fazer exames.

Está portanto com boas perspectivas a realização do I Acampamento Distrital de Leiria dos Pioneiros que, de 7 a 15 de Julho, se vai efectuar na Foz do Arelhe. Só nas Caldas da Rainha, já se arranjaram 15 contos em três semanas, aos quais se irá juntar o produto das vendas feitas na Festa da Alegria.

# Quem tem estes números?

Tentar a sorte e ajudar as diversas organizações presentes, foi o que fizeram inúmeros dos que se deslocaram à Festa. Em numerosos stands havia os habituais "sai sempre", tiro ao alvo e outros divertimentos usuais em locais populares, isto sem falar nos sempre jovens e actuais matraquilhos.

Embora sem termos a pretensão de incluir aqui todos os resultados dos

sorteios efectuados, vamos divulgar aqueles que apurámos na noite de domingo: para já, podemos informar que o possuidor do Ingresso na Festa (IF) n.º 18473 ganhou um rádio da marca Grundig; o que tenha a IF n.º 14515 passa a ter no lar uma "varinha mágica"; finalmente, para quem tenha entrado com a IF n.º 8055, pode começar a coleccionar medalhas, visto lhe ter saído uma alusiva à Festa da Alegria.

O "Cabaz da Alegria" irá encher de contentamento o possuidor do n.º 1510, que deve contactar a Comissão Concelhia de Braga do nosso Partido. Por seu turno, quem tenha adquirido a rifa n.º 765, pode dar a novidade ao filho, pois este vai ter a bicicleta sorteada no Stand do Comité de Classes Profissionais do Porto.

Ler sempre foi uma ótima maneira de aumentar

a formação cultural, daí que bem pensaram os que, no Stand dos Países Socialistas, se habilitaram: para quem tenha o 74 irá um ótimo livro sobre Moscovo (contactar Associação Portugal-URSS, Avenida da Boavista, 1015 - 4100 Porto); quem se tenha habilitado com o 230 terá uma coleção de livros sobre a RDA (contactar a Associação Portugal-RDA, mesma morada).



# Um coração a bater certo

"Isto é um coração a bater certo", comentava um dos participantes numa roda de amigos, onde se comentava a forma organizada como estava a decorrer a jornada. Era sábado à noite. Mas pode e deve lembrar-se que a Festa da Alegria havia começado precisamente uma semana antes, logo de manhã.

Só muito espírito de sacrifício e capacidade de trabalho possibilitaram que a implantação tivesse sido realizada em apenas sete dias, com noites muito compridas... Deram o seu contributo à tarefa cerca de um milhão de pessoas, muitas das quais ali estiveram, depois de terem metido férias na empresa, numa manifestação de militância.

É de sublinhar que o espírito de cooperação entre comunistas e não comunistas se manifestou ao longo dos trabalhos e nos três dias de festa. Este factor foi muito importante para que, associada à experiência do ano anterior, a difícil e complexa tarefa de implantação fosse concluída com êxito.

É muito grande o número de camaradas que na sexta, no sábado e no domingo, prescindiram, no todo ou em parte, de participarem na Festa para assegurarem o funcionamento dos muitos stands, das cozinhas, do posto médico, da recepção e de uma multiplicidade de serviços que facilitaram a vida a todos quantos foram ao recinto.

Na sua intervenção no comício, o camarada José Fernandes, membro da Comissão distrital de Braga, depois de ter agradecido a presença de todas as organizações representadas na Festa, realçou que o seu brilho seria menor, "se não tivesse tido o apoio e a presença dos trabalhadores e da população de Braga, se não tivesse tido o trabalho e a colaboração de todas as organizações concelhias do Partido, no Distrito, se não tivesse tido a ajuda e a participação das Direcções Regionais que aqui estão a participar, DORN, DORB, DORLEI, DORSA, DORL, DORS, DORA e DORAL, se não tivesse tido o trabalho e a arte de embelezar dos camaradas da SIP central, se não tivesse tido a ajuda e a compreensão dos trabalhadores deste Parque, se não tivesse tido a ajuda e a compreensão dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados, dos bombeiros municipais e dos guardas da PSP, se não tivesse tido finalmente a vossa presença".

em dez mil escudos, um foi entregue à única equipa feminina presente na prova, a da Associação Desportiva e Cultural de Celeirós. Todos os concorrentes receberam um exemplar do livro com a documentação do Encontro de Cultura e Desporto, promovido pelo nosso Partido.

O Torneio de Xadrez contou com 16 concorrentes. Indiferentes ao ruído da Festa,

# Uma meta a atingir

"Estamos certos que daqui a um ano também poderemos anunciar que o Partido tem no Norte uma sede à sua altura, à altura da sua organização e do papel de vanguarda que tem desempenhado na luta por um Norte livre da exploração e miséria", declarou o camarada António Lopes, membro do CC da DORN, na breve intervenção feita no comício.

Associada como está à compra da nova sede do PCP em Braga, já integralmente paga, a Festa da Alegria coincidiu com o arranque da campanha dos 20 mil contos

para uma sede no Norte à altura do Partido. Além de inúmeros postos para recolha de fundos e de painéis alusivos à iniciativa, houve várias manifestações atestando o profundo eco que está a ter entre os comunistas do Norte.

Várias vezes, no sábado e no domingo, camaradas de Viana do Castelo percorreram o recinto para recolherem fundos. A "ronda" de sábado, ao fim da tarde, acompanhada pela música de um acordeão, uma viola, duas castanholas e um tambor, rendeu mais de dez contos, depositados num lenço típico do Minho.

# Lugar para o desporto

O desporto também passou a ter um lugar especial na Festa. Se não foi maior não foi por que a organização não se tivesse empenhado em possibilitar um carácter ainda mais amplo à parte desportiva da jornada, que teve pela primeira vez uma prova de atletismo, ligando por estafetas as duas maiores cidades do Minho, e uma prova de xadrez.

Das 32 equipas inscritas na Estafeta da Alegria,

compareceram no local da partida 28, com quatro representantes, que cobriram percursos de cinco quilómetros cada um. Cedo a equipa "A" do Sindicato dos Metalúrgicos de Braga tomou o comando. Porém, no hectómetro final, o seu representante foi ultrapassado pelo atleta da Associação de Teatro Construção, de Joane. Famação, que entrou em primeiro lugar na meta,

instalada dentro do recinto da Festa.

Enquanto aos dois primeiros classificados foram entregues as taças da "Alegria" e da "Liberdade", o CCR de Fermentões recebeu a da "Democracia"; o Clube Recreativo de Candoso, do "Encontro da Cultura e Desporto"; a dos Móveis Crasto "A" recebeu a da "Amizade"; o Clube Desportivo

e Cultural de Celeirós, a da "Fraternidade"; o Inter Futebol Clube de Figueiredo a da "Esperança"; o Clube Desportivo de Penedo-Peridim a da "Unidade"; a Associação Desportiva e Cultural da Aveleda a da "Juventude" e, finalmente, para a equipa da "Onça" foi a taça "A Luta Continua".

De assinalar que, dos troféus atribuídos, avaliados

ainda que atenuado, lá estavam, às 22 e 45 de domingo, Maurício Neves, de Famação, e Marques da Silva, de Braga, a discutir as 3.ª e 4.ª posições. "A partida ainda está para demorar", foi o comentário do camarada presente, depois de nos ter dito que os dois primeiros lugares foram alcançados pelo Orlando Neves, de Famação, e o José Pereira, de Barcelos, respectivamente.

# As canções, os espectáculos, a cultura

Alegria e cultura andam sempre de mãos dadas. Por isso, a Festa foi cenário de grandiosas manifestações culturais, preenchidas com a actuação de dezenas de artistas, grupos, conjuntos, ranchos, bandas de música, com a discussão de temas actuais e ligados à região, com a participação de intelectuais comunistas e antifascistas.

Nos dois palcos da festa, que funcionaram permanentemente, desfilaram Samuel, José Jorge Letria, Nuno Gomes dos Santos, Manuel Freire, José Viana e Dora Leal, os conjuntos CRC B/5, Primeiro de Maio, Arco Iris, Trovante, Brigada Victor Jara, Bedja Betch, Objectivo, Resistência e, ainda, Sérgio Mendes, Manuel Branco, Edmundo Silva, Gomes Alves, Adriano Correia de Oliveira, Carlos Paredes e Fernando

Alvim, Carlos Moniz e Maria do Amparo, Carlos Mendes, Carlos Cunha, Fernando Tordo.

Três agrupamentos do teatro amador representaram peças no palco 2, enquanto nos stands da DORN e da DORL foram projectados vários diaporamas, designadamente sobre o IX Congresso, o 25 de Abril - Cinco Anos de Liberdade, a Reforma Agrária, a luta dos comunistas do Norte, As Portas que Abriram, Revolução de Outubro.

No écran central foram projectadas películas sobre "A Festa do Avante!", "Não esqueças o teu nome" e "Tchapaiev". Além disso, na sala de cinema do Stand dos Países Socialistas foram também exibidos filmes acerca da vida naqueles pontos do globo, onde foi liquidada

a exploração do homem pelo homem.

"A Criança", foi o tema de um colóquio orientado pelo pediatra dr. Virgílio Moreira. António Manuel Hespanha e António Borges Coelho orientaram um colóquio acerca da obra de Vitor Sá, enquanto Joaquim Namorado e José Manuel Mendes dirigiram um debate acerca da produção literária de Alves Redol.

O pavilhão insufável albergou mais uma vez uma exposição de artistas plásticos e outra acerca da "Arte e a Natureza", organizada pelos Amigos do Parque Nacional da Peneda/Gerês. Esta última é um autêntico grito de alerta para a preservação da fauna e da flora daquele parque, que a incúria e a desatenção oficiais põem cada vez mais em perigo.



# O «boneco» e a medalha

A Comissão Organizadora da Festa editou uma medalha e um boneco de barro para assinalar esta iniciativa. Enquanto este último, da autoria do camarada Fagundes (que tinha outros trabalhos expostos no Stand do Sector Intelectual de Braga), teve muita procura, o mesmo não se verificou com a medalha, que não pôde ser cunhada a tempo.

Com base num exemplar exposto naquele stand, os camaradas aceitaram inscrições dos interessados em a adquirir. Como nos é possível publicar a fotografia da medalha, informamos os eventuais interessados de que devem contactar com a Comissão Organizadora da Festa da Alegria, Rua de Santo André, 15 - 4700 Braga.



# Dirigentes do Partido falam sobre a situação política

Cada novo Centro de Trabalho do nosso partido que se abre, mercê do esforço e dedicação dos seus militantes, é mais um pólo de irradiação da Influência do Partido, é a sua presença viva e actuante no solo das massas, é a afirmação da confiança inabalável dos comunistas no futuro democrático do nosso país — afirmou o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, discursando no comício de encerramento da Festa que, em Glória do Ribatejo, no passado domingo, celebrou a inauguração do novo Centro de Trabalho do Partido.

Depois de recordar a existência dos 451 Centros de Trabalho de que o PCP já dispõe no país e a necessidade da abertura de mais, para corresponder ao alargamento dos efectivos e ao desenvolvimento da actividade do Partido, Octávio Pato referiu-se aos números revelados no IX Congresso, que bem expressaram tanto esse alargamento como o reforço da organização e, ainda, a democracia interna que caracteriza toda a actividade do PCP e que ficou patente nos trabalhos preparatórios do Congresso e no decorrer das próprias sessões até à aprovação da resolução política e eleição do novo Comité Central.

A voz do nosso Partido — continuou Octávio Pato — voz da verdade, da justiça e do futuro, terá agora, e aqui, mais força.

Este facto é tanto mais importante quanto é certo ser digno também de Glória do Ribatejo, que, imperlismo, através da RARET, lança as suas visões caluniosas sobre os países socialistas e sobre os povos amantes da paz e do progresso social, tentando (em vão) enfraquecer o movimento operário internacional e o movimento de libertação dos povos ainda oprimidos.

Octávio Pato referiu-se depois às tentativas das forças reaccionárias em Portugal no sentido de dividir e as massas e à ajuda que, nesse campo, a direcção do Partido Socialista tem prestado a essas forças, nomeadamente com o projecto sobre Associações Sindicais que o PS apresentou recentemente à Assembleia da República.

Continuando, no seu discurso, a analisar a situação política nacional, aquele dirigente comunista sublinhou que a recanta queda do Governo Mota Pinto se traduz numa derrota da reacção. E lembrou:

O PCP foi o único grande partido que lutou desde a primeira hora contra a política do Governo de Mota Pinto. Os comunistas clamavam: «a luta continua, Governo Mota Pinto para a rua», e ele foi mesmo para a rua.

## No Seixal

Esta festa é mais uma expressão singular, mas significativa, de um tipo de convivência popular inspirada pelos comunistas — assim iniciou o seu discurso, no comício de encerramento, no passado domingo, em Paio Pires, da Festa da Primavera, promovida, durante três dias, com iniciativas várias, pela Organização Concelhia do Seixal, o camarada António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central.

Saudando, em nome do CC, os trabalhadores e todo o povo laborioso do concelho, homens, mulheres e jovens desta importante zona operária de magníficas tradições revolucionárias, Dias Lourenço abordou depois os temas da actual situação política, sublinhando que a festa ocorria numa fase particularmente aguda da vida nacional.

Esse detestado Governo Mota Pinto /PTD/CDS — disse o Director do «Avante!» — recebeu guia de marcha e deve ir para a rua o mais depressa possível.

Os órgãos de soberania com legitimidade para o fazer já o fizeram e por toda a parte o nosso povo clamou «Mota Pinto para a rua».

E como o nosso povo não chama a GNR, os seus cães «chaimites», as suas G3, os seus cassetetes, os seus cães policiais — como ele tem feito contra os heróicos obreiros da Reforma Agrária para os expulsar das suas UCP's — para pôr Mota Pinto no olho da rua, mais à sua detestada equipa,

onde se acoltam alguns jurados inimigos do povo, esperemos que os órgãos de soberania com legitimidade para o fazer, em primeiro lugar o Presidente da República, tomem as necessárias medidas para dar execução imediata e prática ao inequívoco mandato popular e parlamentar para a demissão do actual Governo.

Nós defendemos como alternativa — afirmou mais adiante — a formação de um governo que tenha base parlamentar maioritária, de um governo que mereça também a confiança do Povo português para governar até 1980, isto é, um governo que governe o país até às eleições legislativas no prazo que a Constituição estabelece e até à formação de um outro governo, de acordo com os resultados eleitorais de 1980.

Basta que o PS e o PCP — sublinhou —, juntamente com outras forças e partidos democráticos, se entendam para que, por iniciativa do Presidente da República, esta solução arranque.

Nós pensamos que um autêntico compromisso democrático entre socialistas, comunistas e outros democratas e patriotas poderia garantir a formação e a existência de um tal governo e garantir a defesa das instituições democráticas e do regime democrático expresso na Constituição, contra as ameaças golpistas da direita e da extrema-direita.

## Ermidas-Sado e Linda-a-Velha

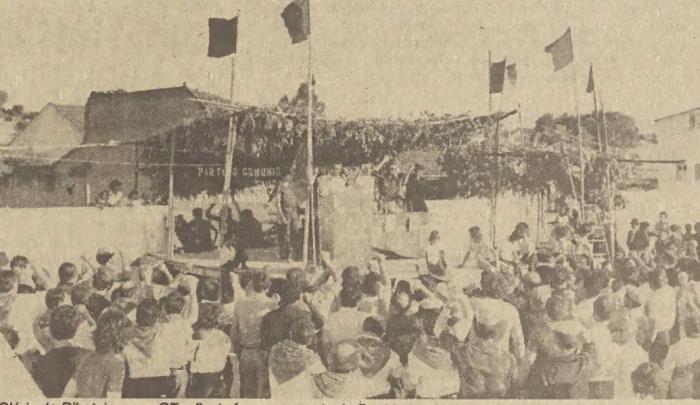
Entre muitas outras iniciativas do Partido que se verificaram no passado fim-de-semana, destacam-se ainda a Festa da Unidade, realizada em Ermidas-Sado, e a Feira do Livro e Artesanato, organizada em Linda-a-Velha.

Em Ermidas, a Festa começou na noite de sexta-feira e prolongou-se até domingo, tendo havido uma sessão de esclarecimento sobre a Reforma Agrária, noite de fado, desporto, actuação de grupos corais e folclóricos, baile e canto-livre. A encerrar a Festa tomou a palavra o camarada António Galvão.

Em Linda-a-Velha, a Feira teve início no passado dia 16, junto ao mercado, à noite, com um baile e com cinema, e continuou durante todo o dia seguinte. Além da venda de livros, artesanato e produtos da Reforma Agrária, outras actividades recreativas atraíram os visitantes a esta Feira, que encerrou com um comício em que usou da palavra o camarada Ruben de Carvalho, suplente do CC e chefe de Redacção do «Avante!». Presidiram ao comício os camaradas António Joaquim Martins e Américo Ribeiro, do Comité Local de Linda-a-Velha, João de Sousa, membro da Comissão de Freguesia de Camaxide, e Gabriel Gomes, da Comissão Concelhia de Oeiras. Foi ainda, para além das intervenções havidas, lida uma saudação dos Pioneiros. No Canto Livre intervieram Teresa Paula Brito, José Brás, Pedro Pinheiro, Fernando José e João Fernando.



Seixal: na Festa da Primavera, os Pioneiros tiveram presença activa



Glória do Ribatejo: novo CT reflecte força crescente do Partido

## Actividades do Partido

**Campanha de Fundos em Setúbal** — Alcançam já os 980 contos os resultados até hoje obtidos na Campanha de Fundos para o Centro de Trabalho de Setúbal. Mais precisamente, conseguiu-se 980 684\$90. A meta, porém, está longe, e nenhuma iniciativa é demais para alcançar. Entretanto esta campanha tem sensibilizado, além dos militantes comunistas, democratas que não deixam de contribuir com os seus donativos. É o caso de um melindense, comerciante em Setúbal e admirador da União Soviética, como ele se definiu, que deu ao Partido a importância de dois mil escudos. No campo das actividades programadas, vale a pena uma grande festa-convívio, a realizar no próximo dia 24 do corrente, da iniciativa

da Célula da Inapa. As 8 da manhã começa a festa com a travessia do Sado, em barcos, para a Ponta da Verdeana, onde se inicia um concurso de pesca. Depois há piquenique — de levar o famel —, um concurso do bolo, a proclamação dos vencedores, leilão de ofertas e, às 19,30 o regresso.

**Nova Sede para Beja** — A campanha dos 2500 contos para a nova Sede Distrital de Beja do PCP prossegue com entusiasmo. Nesta data é a seguinte a posição de algumas organizações concelhias quanto aos resultados alcançados: Aljustrel, 20 291\$30; Alvão, 1 202\$50; Serpa, 10 272\$50; Castro Verde, 77 1\$20; Odemira, 19 622\$00; Ferreira do Alentejo, 1 867\$50; Vidigueira,

4 300\$00; Moura, 1 835\$70; Beja, 124 220\$50. Para além das festas recentemente realizadas, como a feira de Aljustrel, Barragem da Rocha, Ourique, Festa de Odemira, festa da represa em Aljustrel, já estão marcadas outras iniciativas em Odemira, dois bailes, uma tomada de trabalho em Relíquias, uma caldeirada em Pereira-Gare. Em Marmelar, prevê-se um baile e uma vacada. Em Plas, baile no dia 27; bailes também no próximo domingo em Val de Vargo e Aldeia Nova de São Bento. A festa concelhia de Beja realiza-se no próximo sábado e terá uma intervenção política da camarada Margarida Tenggarrinha, do CC. No próximo dia 29 há um concurso de pesca desportiva na Barragem do Roxo, Ervidei.

**Almoço-convívio na Charneca** — Interrompida devido a dificuldades inesperadas, a que não foi alheia a obstrução feita pela Direcção da Transul à cedência de uma sala para a concretização de iniciativas programadas, recomeçou a semana passada a Campanha de Fundos destinada à compra de um novo Centro de Trabalho do PCP na Charneca da Caparica. Conscientes das dificuldades — a meta é de 1400 contos —, os comunistas da Charneca, demonstram a sua vontade e, no último balanço feito, registaram cerca de 200 contos. Nas actividades programadas, contam-se: dois piqueniques na Fonte da Telha, a Festa Anual da Charneca e a Campanha da Cadelinha, a realizar brevemente.

**Plenário da Construção Civil** — Os camaradas do Sector da Construção Civil de Almada reuniram-se no seu segundo plenário no passado dia 17, no Pavilhão da Romeira, na Cova da Piedade, com uma ordem de trabalhos em que foram abordados problemas como o trabalho ideológico, a formação ideológica e as tarefas que se colocam aos militantes e ao Partido para a construção da sociedade socialista. Também as questões de organização foram ponto de ordem e procedeu-se à eleição de diversos camaradas para organismos intermédios. Finalmente foram debatidas as frentes de luta que se põem no momento a nível local e geral.

## As próximas Festas

O Verão que começa, como os últimos dias da Primavera, é o tempo ideal para as Festas que as diversas organizações do Partido promovem e cujo âmbito, embora possa variar de local para local, integra sempre, para além dos comunistas, muitos outros trabalhadores e democratas, na mesma convivência fraterna.

São muitas as festas. As palavras Unidade, Fraternidade, Amizade, têm-se multiplicado em muitos lados, a dar nome a essas jornadas de são convívio, onde o divertimento, a cultura e a política se dão as mãos. Aqui se anunciam algumas:

**Festa da Unidade em Santa Iria da Azóia** — Vai ser nos dias 29 e 30 de Junho e 1 de Julho. Começa com um Canto Livre em que participa José Barata Moura, um Colóquio sobre Desporto, uma marcha popular, a Noite de Fado e o baile. No dia 30, de manhã, há desporto; à tarde, actividades infantis em que tomam parte, também, os Pioneiros; vai haver palhaços, um rancho folclórico adulto e outro infantil, e teatro. Depois há debate-colóquio, sobre a Constituição e sobre a Reforma Agrária. E baile. No dia 1 de Julho, a manhã começa com jogos de xadrez e depois em tabuleiro gigante. Depois há o «Teatro Perifia». E ainda a Banda Infantil da Cova da Piedade e Canto Livre com Luísa Basto, Luis Cília, Adriano Correia de Oliveira e Ary dos Santos. Um comício, às 18,30 horas, encerra a festa. Estará presente

o camarada Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central. A Festa e o comício realizam-se no Campo de Futebol de Santa Iria da Azóia. Além de restaurantes e de uma pastelaria, vai lá estar um pavilhão do Livro e do Disco.

**Da Póvoa à Trafaria num passeio de barco** — Um passeio fluvial, que se realiza no próximo dia 1 de Julho vai levar muitos comunistas e amigos, rio abaixo, da Póvoa de Santa Iria à Trafaria. E volta. Este passeio, que é organizado pela Comissão de Freguesia da Póvoa de Santa Iria do PCP, tem início às 7 e 30 da manhã, no barco «O Nacional». E há música durante todo o trajeto, com a orquestra de Sacavém. Na Trafaria, organiza-se um piquenique na mata. E volta-se ao barco às 18 horas, para o regresso.

**A Festa da Fraternidade em Grândola** — O trabalho de implantação já começou, no passado fim de semana. Porque se trata de uma festa grande. Na Grândola Vila Morena, em 7 e 8 de Julho próximo, como no ano passado, de novo a Festa da Fraternidade, receberá muitos visitantes. Muitos mais. E, a contar com isso, a Comissão da Festa da Fraternidade de 1979, prevê a instalação de 44 pavilhões, contra os 27 do ano passado, o alargamento do programa artístico, a inovação e presença de vários sectores, a provável presença das concelhias vizinhas

e a realização de um grande comício. Cada organização participante vai montar os seus próprios pavilhões. Há portanto muito a fazer. E a Comissão apela a todas as organizações, militantes e a EF (Entrada na Festa) é agora a tarefa!

**Festa Popular no Buçaco** — É já no próximo domingo! Organizada pela Comissão Distrital de Aveiro e pela Comissão Concelhia de Mortágua do PCP, realiza-se a Festa Popular do Buçaco (Portas de Coimbra). O Programa: manhã desportiva, Canto Livre, festival de folclore, Teatro de Fantoches e baile popular. Há ainda cornes e bebes — sardinha assada, caldo-verde, vinho da Bairrada, e uma tómbola. Finalmente prevê-se uma intervenção política pelo camarada Carlos Luís Figueiras, membro do Comité Central do Partido.

## Reuniões importantes

- Camaradas de Vila Nova de Ourém** — A DORSA do PCP promove amanhã, às 21 e 30, no Centro de Trabalho de Sete Rios, em Lisboa, uma reunião para a qual estão convidados todos os militantes e simpatizantes do Partido, naturais ou ligados a Vila Nova de Ourém e que residam na região de Lisboa.
- Camaradas de Castelo Branco** — No próximo sábado, às 15 horas, realiza-se no Centro de Trabalho Vitória, uma reunião com camaradas naturais do distrito de Castelo Branco que residam em Lisboa.
- Camaradas de Minde, Serra de Santo António e Moitas-Vendas** — No Centro de Trabalho de São Bernardo, em Lisboa, realiza-se no próximo dia 29 de Junho, às 21 e 30, uma reunião para a qual se convidam os camaradas e amigos que sejam naturais de Minde, da Serra de Santo António e de Moitas-Vendas e que residam actualmente na área da capital.
- Camaradas de Ferreira do Zêzere** — Realiza-se no próximo dia 29 do corrente, às 21 e 30, no Centro de Trabalho de São Bernardo, em Lisboa, uma reunião com camaradas naturais do concelho de Ferreira do Zêzere e que residam na área de Lisboa.

## Vinte dias de convívio juvenil na Costa da Caparica

Este ano vai realizar-se a sua segunda edição. Com a experiência anterior, será possível construir agora algo mais atractivo. Será entre 27 de Julho e 15 de Agosto. O local é a Costa da Caparica (S. João), junto ao campo de futebol da Trafaria. A iniciativa é da UJC.

Falamos, é claro, do grande acampamento juvenil, onde «os dias serão diferentes para milhares de jovens, serão dias aprazíveis, de alegre convívio e camaradagem, de repouso, de confraternização sadia após um ano de trabalho», como promete (e, estamos certos, cumprirá) a comissão organizadora da iniciativa, num folheto de divulgação que está a circular nos distritos de Lisboa e Setúbal.

No último fim-de-semana, realizou-se a primeira jornada de limpeza do terreno onde ficará instalado o acampamento. Participaram, num ambiente de vivo entusiasmo e convívio (até deu para uns mergulhos...), cerca de 70 jovens, militantes e amigos da UJC.

## Festa de Campo em Serpa

A juventude de Serpa, Alentejo, esteve reunida no último fim-de-semana numa grande iniciativa de unidade e alegria, vivida num ambiente marcado pelo convívio entusiástico. Aconteceu na Barragem do Facho, na Aldeia Nova, onde durante sábado e domingo mais de 200 jovens do concelho de Serpa participaram numa Festa de Campo organizada pela UJC.

As canções, os petiscos, a prática desportiva e o convívio salutar da juventude alentejana foram algumas das notas mais salientes desta iniciativa da UJC, cujo êxito aponta para um caminho: a realização de outra Festa de Campo, que terá, estamos certos, ainda mais participantes.

## Agenda

- Dia 22, Sexta-feira** — **Marinha Grande**, às 21 e 30, no Teatro Stephens, sessão de esclarecimento com o camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. ● **Couço**, às 19 horas, no Cine-Teatro, Comício de Amizade Partido Socialista Operária Húngaro/Partido Comunista Português. As 20 horas, Canto Livre e Folclore.
- Dia 23, Sábado** — **Leiria**, às 21 e 30, Festa no Pavilhão da Feira, com uma intervenção política. ● **Cercal do Alentejo**, às 16 horas, na Casa do Povo, sessão de esclarecimento com a camarada Maria da Piedade Morgadinho, do Comité Central.
- Dia 24, Domingo** — **Lisboa**, no Parque Eduardo VII, Grande Festa das Crianças, numa iniciativa dos Pioneiros de Portugal da região de Lisboa.
- Dia 27, Quarta-feira** — **Coimbra**, às 21 e 30, no Cine-Teatro Avenida, comício com o camarada Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central.

## A iniciativa das Associações de Trabalhadores-Estudantes

Existem no nosso país milhares de trabalhadores-estudantes (TE's) que frequentam na sua maioria o Ensino Secundário. Após um dia de trabalho, dirigem-se apressadamente para os estabelecimentos de Ensino, onde os espera uma situação que não tem em conta as suas necessidades e direitos. Em muitas escolas, estas deficiências atingem aspectos extremos: é quase impossível ter uma aula apoiada com material pedagógico (inclusive um simples mapa), as cantinas e as papelerias estão fechadas ou então encerram muito cedo, não há salas de convívio e de estudo (que poderiam ser aproveitadas quando os professores faltam), etc.

São situações que, mais do que nunca, exigem a unidade firme dos trabalhadores-estudantes e o reforço da sua organização unitária, base da luta reivindicativa e da conquista de regalias e direitos.

Trata-se, em muitos casos, de situações que originam consequências como, por exemplo, a desistência de dezenas de trabalhadores-estudantes, que abandonam o ensino, não concretizando um sonho, ou melhor, um direito como cidadão: a sua valorização pessoal, social e profissional.

passo no trabalho. É uma acção que pode ser empreendida por núcleos de estudantes que, em cada estabelecimento de Ensino, devem pôr à discussão a necessidade dos trabalhadores-estudantes constituírem a sua Associação, pois os seus problemas são diferentes em relação aos dos estudantes diurnos.

Apresentar nos actos eleitorais listas de unidade democrática, integrando TE's que estejam dispostos a dar o melhor do seu saber e da sua iniciativa para o desenvolvimento da acção e da luta, independentemente das suas opções políticas ou religiosas, é a segunda fase do trabalho.

debatarão com o mesmo problema, cremos que este poderá ser resolvido com a distribuição das verbas que o MEIC atribui para as actividades associativas; "3. Tendo a Associação necessidade de coordenar as suas actividades associativas, vimos-nos na contingência de solicitar uma sala própria; "4. Considerando que a Educação Física é parte fundamental do desenvolvimento físico e intelectual, achamos necessária a existência de um professor de E. Física durante o ano lectivo (para os TE's); "5. Considerando a não existência de sala de convívio a partir das 21 e 30 e notando-se a sua falta, a Associação propõe que esta encerre somente às 22 e 20, sendo este horário alargado também à papelaria".

## Jornadas de convívio da juventude

Com um variado programa desportivo, cultural e recreativo, decorreu em Vale de Rissim (entre Manteigas e Gouveia), quase junto à Torre (serra da Estrela), a «1.ª Aldeia da Juventude», iniciativa dos jovens trabalhadores dos Sindicatos dos Lanifícios de Gouveia.

«Pelo direito aos tempos livres» foi o lema desta entusiástica jornada de convívio, na qual participaram 150 jovens.

Entretanto, de 29 de Julho a 5 de Agosto vai realizar-se outra «Aldeia da Juventude», esta na barragem de Aviz, na Cooperativa 1.ª de Maio, em Portalegre. «Permitir às vastas camadas de jovens portugueses a ocupação de um tempo livre e criador do seu merecido período de férias» — este o objectivo central da iniciativa, que é organizada pelo Departamento de Juventude da CGTP-IP, com o apoio dos Departamentos de Juventude das Uniãoões dos Sindicatos de Lisboa, Setúbal, Évora, Beja e Portalegre. Os interessados devem contactar aqueles organismos.

## Debate na «Portugal-Checoslováquia»

A Associação Portugal-Checoslováquia promove amanhã, às 21 e 30, na sua sede, em Lisboa, um debate sobre a cooperação científica e técnica dos países socialistas no domínio espacial (programa Intercosmos).

## Urbanismo soviético

Foi inaugurada em Lisboa na passada segunda-feira, permanecendo aberta ao público até ao próximo dia 1 de Julho, uma grande exposição sobre urbanismo e arquitectura na União Soviética. O certame, patente no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), resulta da iniciativa conjunta da Secção Regional do Sul da Associação dos Arquitectos Portugueses e da Associação Portugal-URSS, com o patrocínio, pela parte soviética, da Associação URSS-Portugal e do Comité de Estado para a Construção Civil, e, pela parte portuguesa, da Câmara Municipal de Lisboa, LNEC, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério das Obras Públicas.

No âmbito da exposição, realiza-se hoje uma conferência sobre «tendências e problemas actuais da arquitectura e do urbanismo». Na próxima segunda-feira, dia 25, decorrerá um colóquio sobre «a evolução da arquitectura e do urbanismo na URSS desde 1917 até aos nossos dias». Estas sessões iniciam-se às 21 horas e contam com a participação de especialistas portugueses e soviéticos.

## Abuso de poder na Câmara de Faro

Em claro desrespeito pela Lei das Finanças Locais, que determina que as Câmaras Municipais arrecadem, na sua totalidade, o Imposto de Turismo, e antes que a Assembleia Municipal tomasse posição sobre o assunto, o presidente da Câmara Municipal de Faro assinou um protocolo com as Secretarias de Estado de Turismo e da Administração Local estipulando entregar à Comissão Regional de Turismo do Algarve até ao limite de 50% as receitas do Imposto de Turismo.

Em reunião posterior, a Assembleia Municipal de Faro viria a recusar, com a abstenção do PPD, sancionar aquela deliberação do executivo, criticando o abuso de poder cometido com tal acto.

Num comunicado divulgado sobre o assunto a APU, que se congratula com o acordo estabelecido entre todos os grupos parlamentares da Assembleia da República nas alterações introduzidas aquando da ratificação do decreto-lei 14/79, que garantem o principal financiamento da CRTA pelo Orçamento Geral do Estado, critica severamente o procedimento do responsável da Câmara.

O acto — afirma o documento — quanto a nós irreflexivo, praticado pelo Presidente da Câmara conduzirá, se não fosse juridicamente nulo e de nenhum efeito, ao desvio de mais de mil e quinhentos contos do orçamento da Câmara de Faro!

## Casas de Lobrigos para amigos e compadres

Quatro meses depois de prontas, as casas construídas pelo Fundo de Fomento de Habitação (18 fogos) na freguesia de S. João de Lobrigos continuavam por habitar. A responsabilidade pela atribuição dessas casas — destinadas em princípio às famílias mais carenciadas — cabe à Câmara Municipal de St.ª Marta de Penaguião (distrito de Vila Real).

Na tentativa de ultrapassar este impasse, os moradores da freguesia tentaram resolver o problema junto do presidente daquela Câmara (PDD). A resposta que receberam foi que «as casas poderiam ser para gente do Algarve, mas não para a população de Lobrigos». (!!!). Considerando inadmissível tal prepotência os moradores em pior situação habitacional acabaram por ocupar as casas, com a solidariedade activa da população da freguesia.

A seguir a esta, outra «ocupação» ocorreu em Lobrigos. Chamados pelo presidente da Câmara (PPD), cerca de 150 homens da GNR fortemente armados desocuparam as famílias instaladas no referido bairro.

E as casas lá ficaram, quem sabe se para «a gente do Algarve»...

A «capacidade de diálogo» e a «compreensão» das carências das populações manifestada pelo PPD que perora na Câmara de St.ª Marta de Penaguião — que não encontrou outra forma de resolver o problema a não ser com o recurso à repressão — em nada desmerece a actuação dos confrades do CDS que em Cércio destruíram a Casa do Povo construída pelo povo.

E as habitações construídas com o dinheiro de todos são, nas mãos do PPD, para amigos e compadres.

O que não deixa de ser uma boa lição para a população de S. João de Lobrigos, a não esquecer nas próximas eleições!

## Desporto em Aljustrel

Por iniciativa popular, está em construção em Aljustrel um recinto para a prática de múltiplas actividades desportivas. Os trabalhos, que seguem em bom ritmo, têm vindo a realizar-se com jornadas de trabalho voluntário — já se efectuaram quatro — e não obstante só se poder contar com o fim de semana, espera-se que o pavilhão venha a estar pronto a utilizar ainda durante este Verão.

Segundo informações de Aljustrel, a adesão da população tem sido grande, tanto no que respeita à colaboração no trabalho como na oferta de materiais e dinheiro.

## Apesar de apeado o MAP prossegue

Com uma rapidez de quem teme perder o comboio (do qual aliás já se encontra apeado), o MAP continua a atacar a Reforma Agrária nos distritos de Évora, Beja, Portalegre, Santarém e Setúbal. Enumerar todos os casos seria impraticável dada a rapidez do fabrico e concretização dos processos de reserva por parte do MAP. Um exemplo recente: num só dia foram entregues cinco reservas em Reguengos de Monsarraz inviabilizando três cooperativas agrícolas e «encerrando criminosamente uma oficina com 15 operários metalúrgicos que dava assistência a mais de meio milhão de máquinas e alfaias».

Entretanto o MAP prepara mais 30 processos de reservas, acção para a qual não tem competência depois de demitido.

## Termo imediato à ofensiva

O Secretariado Distrital das UCPS e Cooperativas de Évora, num recente comunicado, exige que o governo exonere «graças à luta do Povo português» ponha «termo imediato à ofensiva e suspenda todas as acções de entregas de terras em curso». Considerando que «os trabalhadores saberão reforçar nesta fase as suas formas diversificadas de luta», aquela organização salienta que «aqueles que ainda ocupam o MAP, os responsáveis das Direcções das Organizações Regionais da Agricultura e dos Serviços de Gestão e Estruturação Fundiária, os técnicos e elementos da GNR tornam-se pessoalmente responsáveis e convenientes caso procurem continuar a levar à prática as entregas ilegais de terra». A terminar, a Secretária conclui: «Este Governo de direita vai-se embora e a Reforma Agrária continua — e assim será até à construção de uma alternativa democrática que respeite a Constituição e a vontade do Povo português».

## Lacticoop em luta

Continua por solucionar a questão do pagamento das dívidas dos industriais e da JNPP à Lacticoop, União de Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Mondego, que integra cerca de 25 mil produtores responsáveis por cerca de 20 por cento da produção de todo o país. O valor dos débitos atingiu no fim da primeira quinzena de Maio perto de 120 mil contos. Segundo um documento, entregue recentemente pela Lacticoop ao Grupo Parlamentar de Agricultura e Pescas, a facturação até à segunda quinzena de Abril passado, atingiu 91 091 contos. Eis alguns valores de dívidas: Martins e Rebelo, 21 mil contos de dívidas; Lacticínios Aveiro, 91 contos; Lacticínios Vale do Mondego, 8800 contos; Lacticínios de Azeméis, 5600 contos; Nunes e Rodrigues, 6500 contos; S. Lopes e Irmão, 7300 contos; JNPP (leite em pó) 14 300 contos; Lacticínios Beira Alta, 16 000 contos e Lacticínios MAF, 2 mil contos.

Acrescente-se que estas dívidas vão aumentando dia a dia enquanto os produtores de leite associados na Lacticoop não recebem um centavo há quatro quinzenas. Recorde-se que quando da vinda de uma delegação desta União à Assembleia da República, na semana passada, 400 associados da Lacticoop distribuíram mais de 1500 litros de leite pasteurizado à população de Lisboa, numa forma de luta simbólica. Luta que assumirá formas muito concretas se não for solucionada a questão do pagamento do leite, se não for facilitado o escoamento, armazenagem e o tratamento de leite e se não for aberta uma linha de crédito com taxas de juro bonificadas.

# Programa de governo do PPD é liquidar o PCP!!!

«Nas autarquias locais a política de alianças deverá revestir-se de grande flexibilidade (...) e tendo o PSD em conta a necessidade de pôr fim ao domínio do PCP-APU na gestão ou na predominância nos órgãos de poder local», tal prosa foi transcrita do jornal reaccionário «O Dia» e faz parte de um rol de «princípios orientadores» de um hipotético programa de governo com participação do PPD, anunciado no último Congresso (?) daquele partido.

Não se sabe, obviamente, com que autoridade o partido de Sá Carneiro fala de um tal futuro governo reaccionário.

Não se sabe tão-pouco com que meios esse governo, a existir, poderia «pôr fim ao domínio do PCP-APU na gestão dos órgãos de poder local».

O que se sabe, isso sim, é que a legislação em vigor determina que os órgãos de poder local sejam eleitos e que é a população quem escolhe os seus representantes.

Essa escolha é feita cada vez mais com conhecimento de causa, comparando as promessas eleitorais com a prática administrativa, comparando o que se passa em autarquias com predominância de forças reaccionárias, como o PPD, com as de maioria democrática, como o PCP/APU.

Os próprios resultados das eleições suplementares aí estão para o comprovar: a única força que até à data

não perdeu votos em nenhuma eleição foi, para desgosto do PPD, o PCP-APU.

Não espanta, no entanto, que o partido do «chefe» faça questão de cantar de poleiro, na desesperada tentativa de lançar peira nos olhos dos mais desatentos. É que, para desgosto ainda maior do PPD, o terreno eleitoral começa a fugir-lhe debaixo dos pés.

Basta ter presente que nas sete freguesias onde o PPD tinha a presidência e se realizaram eleições

suplementares, a sua votação baixou em cinco. O que não constitui propriamente um mérito para a administração das hostes sociais-democratas.

Mas noutras freguesias aumentou de votos, dirão alguns, e com toda a justiça; só que aí as populações ainda não sabem como é, ainda não descobriram o profundo abismo que vai das palavras aos actos do PPD.

Com o esclarecimento que a própria experiência dá, não



tardarão a arrear caminho... De qualquer modo, o «princípio orientador» do tal governo PPD é esclarecedor. Ficamos sabendo que, se for governo, o «chefe» «pôr fim ao domínio do PCP-APU na gestão ou predominância nos órgãos de poder local». Com o «ghetto» ou com o regresso ao fascismo?

# Câmaras de Setúbal criam Associação Regional de Turismo

O distrito de Setúbal deverá passar a dispor, dentro em breve, de uma Associação Regional de Turismo (ART).

A iniciativa, divulgada antecorrem em conferência de imprensa, cabe aos municípios de Almada, Grândola, Palmela, Santiago, Setúbal, Sesimbra e Sines que, tendo em conta por um lado as excelentes condições naturais da região e, por outro, a ineficácia da actual Comissão Regional de Turismo da Serra da Arrábida, se propõem desenvolver esforços para aproveitar e desenvolver todos os recursos e actividades turísticas da península de Setúbal.

A criação da Associação Regional de Turismo (ART), decidida ao abrigo dos princípios constitucionais e de acordo com as perspectivas inovadoras abertas com a Lei das Finanças Locais, assume — como se salientou — uma grande importância, pelas consequências de ordem económica e social que podem advir do resultado de um trabalho organizado e profundo.

A necessidade e conveniência de uma tal Associação colocou-se aos municípios com uma maior acuidade devido não só à paralisação da CRT da Serra da Arrábida — sem presidente quase há um ano — mas sobretudo pela possibilidade de aproveitamento pleno das capacidades existentes, agora livres da política de favoritismo e de protecção de interesses praticada pela generalidade

dos organismos deste tipo dependentes do poder central.

Salientando que a ART em nada interferirá no funcionamento dos Serviços ou Departamentos de Turismo de cada Câmara componente da Associação, os seus promotores apontaram como objectivos principais da actividade a desenvolver a divulgação de interesse turístico (regionais, gastronomia, praias, campos, campismo, transportes, artesanato, doces, feiras, etc.), bem como a promoção e apoio de iniciativas de reconhecido interesse turístico, nomeadamente no campo artístico, cultural e desportivo.

Propondo-se participar em feiras e certames nacionais e estrangeiros, com vista à divulgação e promoção da região, a ART inscreve ainda nos seus objectivos primeiros o fomento de iniciativas que visem a cooperação de entidades singulares e colectivas interessadas na criação de condições, estruturas e equipamentos adequados à resolução de problemas ligados directa ou indirectamente ao turismo da região.

A planificação anual de actividades de promoção turística é igualmente apontada como um objectivo a não descurar.

Conscientes de que através da ART poderão dar um valioso contributo para o desenvolvimento económico regional e nacional, as Câmaras envolvidas neste processo esperam poder contar com o apoio

e colaboração da Secretaria de Estado do Turismo e demais departamentos governamentais.

Como se disse na conferência de imprensa, é com um total espírito de abertura e de colaboração com todos os organismos e entidades públicas e privadas que os municípios de Almada, Grândola, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Santiago do Cacém e Sines levam a cabo a tarefa de constituição da Associação Regional de Turismo.

## Um Encontro Regional sobre turismo

Com o objectivo de promover o debate e criar condições para uma profunda reflexão sobre as questões e o futuro do turismo na região turística do distrito de Setúbal, os municípios fundadores da ART vão realizar no próximo dia 23 de Junho, sábado, em Tróia, o 1.º Encontro Regional de Turismo do distrito.

Os trabalhos, que culminam um intenso estudo sobre a situação existente na área de cada município, iniciam-se às 9 horas e prolongam-se por todo o dia, terminando com um jantar de confraternização seguido de variedades.

Trata-se, como se disse na conferência de imprensa, de uma realização aberta a todas as entidades e organismos oficiais e privados, que pensa-se poder contribuir de forma efectiva para o relançamento das actividades turísticas no distrito de Setúbal.

# As comemorações em Lisboa do Dia Mundial do Ambiente

O Dia Mundial do Ambiente foi comemorado em Lisboa, por iniciativa do grupo de amigos de Lisboa, com corridas de carros de pedais para crianças e várias provas de ciclismo na Avenida da Liberdade, que para o efeito foi fechada ao trânsito.

Colaboraram na organização a Comissão Nacional do Ambiente, a Câmara Municipal de Lisboa, a Prevenção Rodoviária Portuguesa, o Automóvel Club de Portugal e a Cruz Vermelha.

Não se percebe com que direito uma associação sem qualquer representatividade, os amigos de Lisboa, se permite interromper o trânsito numa zona vital, provocando «um forte congestionamento de trânsito», segundo a imprensa diária; ainda menos se percebe por que razão organizações oficiais responsáveis (Comissão Nacional do Ambiente, Câmara Municipal de Lisboa) lhe dão a sua participação.

A comemoração do Dia Mundial do Ambiente seria de facto da competência da respectiva Comissão Nacional, que por certo não teria caído em tantos despropósitos: inocular o vício dos automóveis (mesmo a pedais) nas pobres crianças e desviar os ciclistas alegremente no parque de Monsanto para o eixo viário central da cidade!

A crítica desta iniciativa não deve porém limitar-se a estes aspectos de folclore: é a importância dos problemas do ambiente, o seu impacto sobre a vida dos homens e em particular dos que se encontram privados dos direitos mais elementares, que está em causa.

É deste ponto de vista que não se percebe qual o sentido comemorativo destas manifestações, num país em que os problemas do ambiente se situam à escala do terceiro mundo e atingem a quase



totalidade da população dum maneira muito violenta.

Mas não será por falta de recursos que a C.N.A. delega parcialmente a sua responsabilidade nos amigos de Lisboa, nem por falta de imaginação que um naípe tão completo de organizações dá à luz (ao lusco-lusco) uma manifestação tão duvidosa.

Os problemas de ambiente que se põem em Portugal constituem uma pesada acusação contra as classes dominantes, contra os grupos económicos nacionais e internacionais e contra a política dos governos que os representam.

Um país que segundo alguns procuram fazer crer está na fase do seu noviciado para entrar na comunidade europeia, não pode ignorar os problemas do ambiente, é obrigado a apresentar uma comissão nacional, uma Secretaria de Estado e a comemorar publicamente o dia mundial.

Mas exactamente como acontece na Europa capitalista é preciso camuflar a verdadeira natureza dos problemas do ambiente.

Essa camuflagem, que lá às vezes é fácil e funciona, cá torna-se ridícula e ofensiva, devido à gravidade atingida pelos problemas.

Mas o nosso papel não deve ser apenas de crítica. Não queremos deixar de pôr a nossa imaginação ao serviço da C. N. do Ambiente e deixar aqui algumas sugestões para as comemorações do próximo ano.

Uma comemoração com interesse seria por exemplo organizar um grande comício com as populações dos bairros degradados e explicar-lhes porque é que não têm direito a uma casa com água, luz, esgotos e espaço para cada um.

Caso a C. N. A. não saiba explicar as causas, e as razões porque se mantém essa situação, visto tratar-se de assuntos de natureza económica e política que não têm nada a ver com as aves aquáticas, as flores e o terrível escape dos automóveis, nós poderemos dar uma ajuda desinteressada nesse sentido.

Outra interessante manifestação seria organizar um curso intensivo para industriais, e ensinar-lhes como é que se controlam os fumos, os esgotos e os detritos em geral que as indústrias lançam no espaço em que vivemos.

Os industriais poderiam ainda ser informados sobre as medidas de segurança no trabalho para evitar os riscos resultantes para os trabalhadores dos produtos tóxicos, das elevadas temperaturas, dos excessos de ruídos, etc.

E porque não fazer uma intervenção festiva no conselho de ministros, levando-lhes algumas flores (cravos, por exemplo), a fim de lhes entregar um memorando sobre as medidas que um governo pode tomar para melhorar as condições do ambiente em que vivemos todos ou quase todos?

# Os despautérios de Vaz Portugal

Na Feira Nacional de Agricultura de Santarém falou o espaço para a representação da Reforma Agrária, apesar dos trabalhadores das UCPS/Coop. terem iniciado os contactos com cerca de 8 meses de antecedência. Mas sobrou espaço para o absurdo, para o disparate, para a arrogância desconchavada. Responsável por tal: o senhor Apolinário Vaz Portugal, ministro de um Governo demitido, repudiado desde sempre pela vontade popular, desacreditado em todo o país.

Entre os despautérios proferidos pelo senhor Apolinário, deste se poderá dizer que se volta o feitiço contra o feitiço:

«Confundi-se a batalha da produção com a ideia peregrina de aumento de áreas de produção, sem se procurar saber se elas eram adequadas aos fins em vista. Mobilizou-se a demagogia e apostou-se na ignorância». Pensemos, somente em termos de hipótese, que estas afirmações não encerram mais uma das muitas calúnias contra a Reforma Agrária.

A quem caberiam as responsabilidades se não ao MAP? A quem compete averiguar se as áreas são adequadas ou não para determinado fim, para determinada cultura, se não aos serviços técnicos do MAP? Compete ou não ao Estado a assistência técnica a «pequenos

e médios agricultores, individualmente ou agrupados em cooperativas, a cooperativas de trabalhadores agrícolas e a outras formas de exploração colectiva por trabalhadores», como estipula a Constituição (Artigo 102.º)?

Mas uma coisa é certa: sem que os louros pertençam minimeamente ao MAP, não se confundiu nem se confundiu o aumento da produção com o aumento de áreas semeadas, não se deixa de ter em conta as aptidões do solo. Isto porque há — e são cada vez mais — técnicos progressistas que têm apoiado e apoiam os trabalhadores da Reforma Agrária tendo a sua experiência e o seu entusiasmo ao serviço das UCPS/Coop. O ódio de classe do senhor Apolinário aos trabalhadores é de tal monta que, além de o tornar usureiro e vezeiro na manipulação, o torna ainda zarolho na realidade deste país. Somente no que lhe convém, diga-se em abono da verdade. Quando se trata de fazer figura com os empreendedores da Reforma Agrária, aí o senhor Apolinário emersa-se, apresentando, como não podia deixar de ser, os factos de tal modo que o mérito está, parece do MAP. Assim sucedeu na Feira de Santarém quando o senhor Apolinário acentuou que, em 1984, «deverá ser possível suprir 40 por cento das necessidades internas de tabaco».

Mas os descoccos do senhor Apolinário atingiram o auge quando ameaçou demitir-se se o Presidente da República promulgar a lei de alterações à Lei Barreto!!! Estas declarações seriam risíveis se não viessem de um elemento que, malgrado a vontade popular, faz parte do Governo, ainda que demitido, ainda que limitado à gestão dos negócios correntes.

Sabemos que o Governo não se tem limitado às funções que constitucionalmente lhe competem após a demissão. Tanto os Secretariados Distritais das UCPS/Coop de Beja, Évora, e Portalegre como os Sindicatos destes distritos e a União Coordenadora das UCPS e Cooperativas Agrícolas do Distrito de Setúbal têm denunciado a intensificação da escalada de violência do MAP depois de demitido o Governo, têm denunciado que o Governo Mota Pinto «apressa os processos para aproveitar ao máximo o pouco tempo de vida que lhe resta». Perante tal deslante, os trabalhadores, as suas organizações, as forças democráticas têm de exigir que, quem de direito, reponha o Governo Mota Pinto no seu lugar de governo demitido, no seu lugar de governo de funções limitadas, impedindo-lhe os actos para os quais não tem nem nunca teve legitimidade política.

# «Apesar de tudo ainda há justiça neste país...»

Na semana passada, mais uma decisão do Supremo Tribunal Administrativo veio acrescentar-se a outras anteriores, evidenciando a razão jurídica que assiste aos trabalhadores das UCPS e Cooperativas. Tentando deter a acção de recurso interposto pelos trabalhadores a propósito de reservas ilegítimas, por decisão do MAP, fora negada a existência jurídica às UCPS, Unidade de Ervedal e 29 de Julho de Avis, ambas no concelho de Avis, donde estas não poderiam ter a posse útil das herdades nas quais eram demarcadas as reservas. Apelando para a conferência da 1.ª secção do Supremo Tribunal Administrativo, as UCPS em causa foram objecto de dois acórdãos nos quais é reconhecida explicitamente a existência jurídica das Unidades Colectivas de Produção

e Cooperativas de Produção Agrícola.

São já várias as decisões do Supremo Tribunal Administrativo, órgão superior da hierarquia dos tribunais judiciais, em que é reconhecida a razão que assiste aos trabalhadores da Reforma Agrária. Além dos acórdãos que suspendem a aplicação de despacho de reservas do MAP — caso, por exemplo, da UCP da Galeana e da UCP Restância da Trama, Ponto de Sôr — uma outra decisão do STA importa aqui relembrar pela importância que assumiu na desmobilização de movimentos reaccionários de agrários que pretendiam pôr em causa todo o processo de expropriações. Verificou-se em Abril passado, quando o Supremo proferiu um acórdão, a favor da

UCP «16 de Junho», num recurso interposto pela agrária Helena Malta da Veiga Teixeira que pretendia que fosse considerado inconstitucional o DL 406-A/75 de 29 de Julho ao abrigo do qual foi expropriada a Herdade do Peso e Anexa da referida UCP e efectuada a quase totalidade das expropriações.

## A opinião pública julgará também

A decisão do Supremo relativa às duas UCPS de Avis, proferida na semana passada, pode compararse em ordem de importância ao acórdão de Abril passado. Os cidadãos vêem os tribunais cumprir os princípios constitucionais num país onde o Governo os atropela. Os tribunais são

segundo a Constituição, «os órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo». «Na administração da justiça incumbe aos tribunais assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos pelos cidadãos, reprimir a violação da legalidade democrática e derrocar os conflitos de interesses públicos e privados» (art.º 205.º e 206.º da Constituição da República Portuguesa). E ainda que o MAP não o queira, ainda que o MAP pretenda ignorar o desrespeitar

1. As decisões dos tribunais são obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas e prevalecem sobre as de quaisquer outras autoridades. 2. A lei regula os termos da execução das decisões dos tribunais relativamente a qualquer

autoridade e determina as sanções a aplicar aos responsáveis pela sua inexecução» (art.º 210.º).

«Apesar de tudo ainda há justiça neste país»: eis o desabafo de trabalhadores das UCPS e Cooperativas perante as últimas vitórias jurídicas da Reforma Agrária. «So que o Governo, mesmo demitido, não faz outra coisa senão violá-la!» acrescentam, baseados no recente mas já amarga experiência de quem vê os acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo serem sistematicamente embarralhados, ultrapassados pelo MAP.

No entanto, apesar da acção do MAP, apesar do facto deste Ministério continuar a negar-se a repor a legalidade nos actos praticados e prosseguir na soma

de novas ilegalidades e violências uma coisa é certa: quando o Supremo Tribunal Administrativo reconhece a razão jurídica aos trabalhadores da Reforma Agrária, fica demonstrado perante a opinião pública, a justiça intrínseca, a legitimidade dos que defendem a Reforma Agrária, dos que lutam contra os actos discricionários do MAP. «Fica demonstrada a profunda ilegalidade que caracteriza a acção deste Governo. Fica desmascarada a propaganda mistificadora, a manipulação da opinião pública com que o MAP pretende justificar o injustificável. Se outra razão não houvesse, só por esta, os trabalhadores das UCPS e Cooperativas persistiriam na acção de colocar recurso das arbitrariedades do MAP ao Supremo Tribunal Administrativo.

**Exigido pagamento imediato do leite nas condições dos produtores, o pagamento da batata em atraso e o preço assegurado para o arroz. Se o MAP não resolver a situação dentro de oito dias, os pequenos e médios agricultores adoptarão novas formas de luta.**

leite, motivo principal da concentração, convém recordar que a dívida dos industriais aos produtores da região, reunidos na Lacticoop, atinge neste momento os 120 mil contos, destacando-se como principais devedores a Martins & Rebelo, com 23 mil contos e os Lacticínios Vale Mondego com oito mil contos.

No comunicado convocando a concentração salientava-se que neste aspecto o Governo nada fez para melhorar a nossa situação e, pelo contrário, tem-nos agravado ainda mais, nomeadamente por não pagar as suas dívidas às cooperativas.

No final foi aprovada por unanimidade uma moção em que se exige o pagamento imediato do



# «Projecto Gonelha»

## Uma lei amarela sem legitimidade contra os trabalhadores e a liberdade sindical

### Um garrote

A liberdade sindical não é uma liberdade qualquer. É uma conquista dos trabalhadores para defesa dos seus interesses de classe.

Os que procuram fazer crer que defendem a Liberdade com maiúscula, como grande abstracção com sabor individualista, o que fazem, objectivamente, é defender o uso da liberdade mesmo contra ela e, no caso que aqui nos ocupa, o uso da liberdade contra os trabalhadores e as suas organizações de classe.

Essa a opção subjacente ao «projecto Gonelha». Mas, como é contraditória, essa opção acaba por constituir, em nome do «pluralismo sindical», um atentado evidente contra a própria liberdade e contra a liberdade sindical. Acaba por tentar impor um modelo único de organização aos Sindicatos.

«A violação do princípio da liberdade de auto-organização pelo projecto de lei 230/1 (o «projecto Gonelha») é de tal modo grave e sistemática que, dir-se-ia, terem os autores do projecto ignorado totalmente a Constituição», afirma a CGTP-IN. E faz uma lista. Ela:

São inconstitucionais por violarem o princípio da liberdade de organização

e regulamentação interna no seguintes artigos do «projecto Gonelha»:

● Artigo 15.º, n.º 2, que institui como órgão máximo das associações sindicais o congresso;

● Artigo 15.º, n.º 3, que institui o conselho permanente;

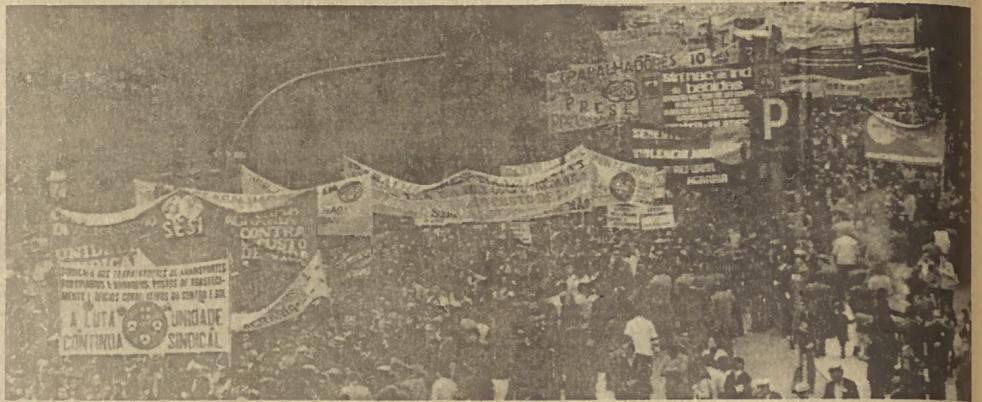
● Artigo 15.º, n.º 4, que obriga à existência de determinados órgãos (com poderes executivos, de fiscalização financeira, disciplinar e de jurisdição de conflitos, comissões consultivas profissionais ou interprofissionais);

● Artigos 16.º, 17.º, 18.º e 19.º, que regulamentam as reuniões, convocação, competência, constituição e funcionamento do congresso e ainda o quorum;

● Artigos 21.º a 26.º, que regulam a m detalhadamente as eleições, fiscalização do processo eleitoral, processo eleitoral, assembleias de voto, escrutínio e encerramento do acto eleitoral;

● Artigos 27.º a 29.º, que definem as reuniões, convocação, deliberações, competência e eleição do conselho permanente;

● Artigo 30.º, que institui as formas de eleição dos diferentes órgãos e impõe



o método proporcional para a eleição;

● Artigo 34.º, que obriga à eleição de membros suplentes.

O projecto de lei amarela não é um espantalho. É um garrote.

Por isso, se não fosse tão grave e deliberado o ataque dos divisionistas amarelos ao Movimento Sindical, daria vontade de rir o despacho de discurso de Gonelha ao defender o seu projecto na Assembleia da República. Diz aquele laborioso deputado na sua intervenção de 15 do corrente que o seu projecto garante «o

reconhecimento do direito dos trabalhadores à liberdade sindical». E proclama noutro passo, antes e depois de elogiar um «campeão» e um «lutador» pela liberdade no seu partido, que «os trabalhadores não são propriedade de ninguém e que estão fartos de constituir apenas motivo de retórica... que «nenhuma (corrente política) terá o direito de falar como se fosse o tutor dos trabalhadores, nem nenhuma se pode arrojar o exclusivo de falar em seu nome». E termina esse passo com esta tirada:

«Isso é megalomania demagógica!»

Quem escutasse apenas esta parte do discurso julgaria com toda a razão que Gonelha estava a desistir do seu próprio «projecto» amarelo, a rasgá-lo dramaticamente diante de todos os deputados na Assembleia.

Mas não. Fizemos a citação no contexto. E é no contexto que se entende perfeitamente como o sr. Gonelha e os restantes subscritores do projecto UGT/PPD citam «campeões» e «lutadores» da liberdade sindical para fazerem precisamente o que o projecto amarelo tenta conseguir: impor aos trabalhadores um tipo de

organização sindical que interessa à direita e ao patronato mais reacçãoário; fazer dos trabalhadores «motivo de retórica»; fazer dos trabalhadores «propriedade» de uma política que rejeitam; arvorar-se em «tutor dos trabalhadores», impondo-lhes um modelo único de organização; não os ouvir e «falar em seu nome».

Como aprendiz de megalómano e de demagogo o sr. Gonelha não vai mal. O que vai mal é um partido que se reclama dos trabalhadores e subscrive e apoia um projecto de lei que invoca a liberdade sindical para a destruir.



### Um nome de baptismo

Ao baptisarem com o nome de Gonelha o projecto 230/1 do PS, os trabalhadores, como referiu o camarada Domingos Abrantes na Assembleia da República, lembram «o seu autor, material, o homem que, tudo fez para quebrar a espinhã à Intersindical

e se destaca na acção divisionista, o ministro que se notabilizou pelas leis anti-operárias feitas por encomenda dos patrões da CIP, o ministro que granjeou a admiração das forças reacçãoárias pelos saneamentos arbitrários e ilegais de

democratas no Ministério do Trabalho, ao mesmo tempo que promovia fascistas aos mais altos postos, o ministro co-responsável pelas mais graves e escandalosas desintervenções em prejuízo dos direitos dos trabalhadores».



### O espantalho da unicidade

Os divisionistas sob a batuta gonelhista continuam a arvorar em papão um conceito muito deles sobre a unicidade sindical.

O Congresso de Todos os Sindicatos deixou bem claro que a unicidade não é um princípio nem nunca como tal foi defendido pelo Movimento Sindical Unitário. O princípio fundamental por que se batem os trabalhadores é o princípio da unidade. A unicidade foi em determinada altura, apenas uma forma de consagrar esse princípio na lei — forma essa de resto há muito revogada deixando de figurar na Lei Sindical (Decreto-Lei 215/B) ainda em vigor.

Os divisionistas citam a unicidade para atacar a unidade. Servem-se dessa forma com um espantalho, já não tanto em nome do «pluralismo sindical» (tolice teórica que deu agora no «sindicalismo democrático» contra a democracia nos Sindicatos) mas em nome do projecto da UGT que através da «lei amarela» pretende instituir em Portugal um figurino sindical

único. E isso «sob pena de ilegalização das associações sindicais existentes», como disse na Assembleia da República o camarada Domingos Abrantes ao intervir no debate sobre o «projecto Gonelha», recordando que «não é por acaso que, para os trabalhadores, o «projecto Gonelha», nos seus objectivos e filosofia, só é comparável, na história do movimento sindical português, ao famigerado Estatuto do Trabalho Nacional de 1933».

O princípio constitucional da «liberdade de organização e regulamentação interna das associações sindicais» é claramente violado pelo «projecto Gonelha».

E esse um ponto assente que ninguém com dois olhos na cara pode deixar de reconhecer. E não é violado apenas um artigo. Todo o projecto é uma clara violação desse princípio.

Ao deitar fora a liberdade sindical, o que é que sucede no projecto de «lei amarela» ao princípio da independência dos Sindicatos?

Ao tentar impor um modelo único de organização e regulamentação interna das associações sindicais, aquele projecto, «peça negra, anti-democrática e anticonstitucional» no «quadro legislativo da contra-revolução», não apresenta qualquer apoio dos trabalhadores que não seja o comandado pelos divisionistas da UGT.

E o projecto da UGT, como central amarela, é um projecto partidário comandado pela direita e ao seu serviço.

A UGT não pode reclamar-se de qualquer parcela de independência em relação aos partidos que a criaram e a sustentam fora do Movimento Sindical.

«A história da UGT é bem conhecida», disse o camarada Domingos Abrantes na Assembleia da República. São bem conhecidos os acordos PS, PPD e CDS, a nomeação de delegados na base da representação partidária, a ausência de qualquer discussão pública prévia. E sabido que a UGT nasceu

em Tróia, numa reunião do PS. Numa circular distribuída aos seus militantes, à qual se juntava o Projecto de Estatutos e propostas de emenda, pode ler-se: «O Encontro culmina o trabalho de esclarecimento realizado com o apoio da Fundação José Fontana e demais estruturas do Partido, em todas as Federações distritais do Partido Socialista no Continente e Ilhas».

E o projecto não é só partidário. A UGT é a ponta de lança no ataque permanente ao Movimento Sindical Unitário, aos defensores da unidade, da independência, da democracia e da liberdade sindicais, chegando ao ponto de tentar (o que não consegue) fechar os sindicatos com dirigentes divisionistas à acção sindical dos defensores da unidade sem interferência dos partidos.

E para defenderem esse projecto partidário que os gonelhistas confundem deliberadamente a unidade com a unicidade. E por não admitirem que os trabalhadores defendam esse

princípio fundamental em todo o lado e por todos os meios ao seu alcance que o reformismo PS/PPD/CDS, tenta caluniar os interesses de classe dos trabalhadores designando-os por «totalitários» e por outros nomes, que os defensores do «sindicalismo democrático» sem democracia entendem altamente adequados ao seu autoritarismo mal disfarçado e à prática totalitária dos divisionistas.

Propagandistas mercenários da conciliação de classes para lauto benefício dos inimigos dos trabalhadores, os divisionistas encabeçados por Gonelha querem instaurar nos sindicatos uma «unidade» de fachada. Ficariam tranquilos se conseguissem consagrar o afastamento dos trabalhadores das suas organizações de classe, a sua ampla participação a todos os níveis no Movimento Sindical Unitário.

Mas não vão conseguir semelhante coisa. A «lei amarela» pode ser aprovada. Mas não vingará.

### O cheiro a lacaio

«Nos termos da presente lei, entende-se por trabalhador qualquer pessoa física que, voluntariamente, se coloca à disposição de outra pessoa para exercer, no interesse desta, uma actividade pessoal mediante retribuição» — eis aqui, o preto no branco, a definição que os gonelhistas descobriram para «trabalhador». Citamos nos seus termos exactos o n.º 2 do artigo 1.º do já famigerado «projecto». Repare-se na canhestra formulação «jurídica», na linguagem utilizada, na subordinação ao poder patronal no exclusivo interesse deste à «disposição» do qual, no entender gonelhista, o trabalhador se colocaria.

Quem descobre formulações destas pode realmente caminhar à vontade

pela senda do reformismo, do «sindicalismo democrático», do ataque generalizado às conquistas mais queridas dos trabalhadores. Pode realmente fazer todos os fretes, curvar-se, apanhar migalhas, trair a sua classe.

Comparemos com a formulação da Lei Sindical (Decreto-Lei 215-B/75) em vigor. Ali, no artigo 2.º, trabalhador é «aquele que mediante retribuição presta a sua actividade a outra pessoa sob direcção desta». É tudo. É objectivo e claro. Serve para os efeitos daquele diploma.

Mas para o «projecto Gonelha» esta formulação em vigor deve pecar por «totalitária». Era preciso meter-lhe o «coloca-se à disposição», que pode significar tudo para além da

actividade estritamente relacionada com o trabalho remunerado, «Coloca-se à disposição» tem mais do que um perfume reacçãoário. É uma formulação reacçãoária, que aliás impregna todo o projecto. Cheira à lacaio que tesanda.

Na Assembleia da República, o PCP não se ocupou do projecto de lei sindical apresentado pelo CDS. Havia uma razão. «E que o projecto de Lei 230/1, apresentado pelo Partido Socialista, partido que se reclama dos trabalhadores, contempla, no fundamental, as exigências patronais do CDS». E isso logo por aquela «definição» de trabalhador se percebe.

O «projecto Gonelha» vai certamente sofrer alterações. O repêido generalizado que



suscitou por parte dos trabalhadores, as próprias reservas que lhe põem figuras gradas do PS, a sua inconstitucionalidade flagrante por as próprias forças que o apoiam na impossibilidade de o aceitar como está.

Mas Gonelha defende-o por inteiro. Tenta justificá-lo. Quer

atribuir-lhe uma legitimidade impossível.

O projecto amarelo é bem um filho dilecto dos divisionistas.

A legitimidade de que se pode reclamar é a dos sindicatos paralelos, a da UGT/PPD, a dos dólares e dos

marcos do imperialismo, a legitimidade dos «agentes, fundações, institutos que se movem no nosso país, ou se instalaram mesmo aqui». E a legitimidade do «conhecido Instituto do Sindicalismo Livre, órgão da CIA», que, «considerando pouco enérgica a acção da CISL na ajuda aos ditos «sindicatos democráticos», montou em Portugal um departamento».

Mas não é a legitimidade consagrada pelo voto maciço dos trabalhadores no Congresso de Todos os Sindicatos. Porque esta é que é a verdadeira legitimidade e a razão de ser do projecto de lei sindical apresentado pelo PCP à Assembleia da República e que posto à discussão pública mereceu o apoio geral dos trabalhadores.

### Quem paga os ovos e come as omeletes

«São conhecidos os financiamentos de várias acções divisionistas, e como o dinheiro se distribui liberalmente. Um conhecido dirigente da UGT, em entrevista a «O Tempo» de 4 de Janeiro de 1979, foi bem claro a esse respeito. A pergunta sobre se a UGT recebia dinheiro da CIA, respondeu: «de qualquer maneira é certo que não se podem fazer omeletes sem ovos». O sr. Alfred Nau, presidente da Fundação Friedrich Ebert,

organização responsável em grande parte pela acção divisionista, acha que o dinheiro que dispendeu foi bem empregue. Mas diz mais. Falando de Portugal como se de uma colónia alemã se tratasse, afirma que «se não tivessem — eles os da F. Ebert — desembarcado em Portugal, este flanco da Europa teria sido perdido» (revista «Der Spiegel», 16/4/79).

(Domingos Abrantes, na A. R.)

### A quem serve (e para quê) a «Lei Barreto dos Sindicatos»

«Quando se ouve, como há dias aconteceu, o conhecido dirigente do PS e da UGT, o sr. Torres Couto, vir publicamente elogiar o papel do «Movimento Português do Trabalho» (organização ultra-reacçãoária, filha do CDS, PDC e MIRN), os militantes socialistas, os trabalhadores em geral, não podem deixar de tirar as suas conclusões sobre o verdadeiro significado desta aliança».

Com base nesta passagem da intervenção do camarada Domingos Abrantes na Assembleia da República, podemos perguntar que

pretendem conseguir as forças de direita, com a cobertura do PS, ao aprovarem uma «lei sindical» rejeitada pelos trabalhadores.

O Partido Socialista esforça-se por conseguir a hegemonia no Movimento Sindical. É um projecto condenado. As próprias alianças que a direcção desse partido fez, em condições desfavoráveis, para levantar a UGT são a prova da sua fraqueza no Movimento Sindical. Mas representam também as contradições que dilaceram o PS, levando-o,

através da UGT, a dar o seu aval a uma política de Governos como o demitido Mota Pinto/PPD que, nomeadamente, se caracteriza pelo apoio e o estímulo sistemáticos à repressão que se abate sobre os trabalhadores em empresas e serviços na tentativa de desorganizar por completo os órgãos representativos dos trabalhadores com relevo para a actividade sindical nos locais de trabalho.

Por outro lado, essas alianças da direcção do PS, designadamente com o PPD,

constituem uma operação política onde o «projecto Gonelha» se inscreve de forma relevante.

A unidade dos trabalhadores é uma força decisiva contra as forças revanchistas, contra o regresso ao passado, contra a política e os Governos de direita, contra os desígnios do imperialismo para Portugal.

Onde quer que estejam, os inimigos de classe das massas trabalhadoras sabem que essa unidade e essa força se conjugam no Movimento Sindical Unitário encabeçado pela CGTP-IN.

A reacção é o imperialismo temem essa força organizada e não poupam meios para a dividir, para a tornar ineficaz.

Mas essas forças reacçãoárias sabem também que por si só nunca obteriam o mínimo êxito nessa tentativa. É por isso que o PS apareceu sempre nos planos cisionistas como peça fundamental. Domingos Abrantes lembraria na Assembleia da República que essas forças reacçãoárias, «para concretizar os seus planos precisam da cobertura de um partido que se reclama dos

trabalhadores, de esquerda, e que tenha uma influência real nos trabalhadores. Esta é a explicação objectiva da santa aliança entre o PS e os partidos reacçãoários, concretizada em muitas acções, elevadas ao máximo expoente na UGT e agora neste projecto de lei», o projecto amarelo da UGT/PPD.

A queda do Governo Mota Pinto/PPD foi uma derrota importante para as forças reacçãoárias e para os partidos da direita com representação parlamentar.

A capacidade de luta organizada dos trabalhadores fez fracassar uma política antipopular e antinacional que tinha a sua expressão nesse Governo demitido. Mas as raízes dessa política não foram arrancadas. A ofensiva do grande patronato reacçãoário prossegue. A CIP, a CAP continuam activas. E o «projecto Gonelha» tenta solidificar essas raízes da política de destruição das conquistas de Abril e do regime democrático consagrado na Constituição.

Pulverizar o Movimento

Sindical, afastar os trabalhadores dos Sindicatos, reduzir a vida sindical a meter um voto na urna de três em três anos, restringir o direito à greve, desmobilizar as grandes acções de massas, trocar o sindicalismo revolucionário pelo reformismo e pela inacção é um grande projecto da política da direita, do imperialismo e de tudo o que é reacção e saudosismo fascista em Portugal.

Combater o «projecto Gonelha» é combater esse projecto antinacional.